

Edital 10/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
10/2024	380101-ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES. SEC.AD.PEN	EDUARDO ALVES MAIA NETO	27/09/2024 16:27 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		006.00212848/2024-04

Preâmbulo

PREGÃO ELETRÔNICO 10/2024

CONTRATANTE (UASG) ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.AD.PEN|380101

OBJETO Contratação de obras e serviços de reforma da cobertura da edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e DCEP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO R\$ 648.301,77

DATA DA SESSÃO PÚBLICA Dia 15/10/2024 às 09:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço

MODO DE DISPUTA: Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2024

(Processo Administrativo nº 006.00212848/2024-04)

Torna-se público que o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Administração Penitenciária, sediado na Avenida General Ataliba Leonel, n.º 556, Santana, São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da

legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. Do objeto

1.1. O objeto da presente licitação é **contratação de serviços comuns de engenharia, de caráter não contínuo, para reforma da cobertura da edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e DCEP**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para o item a participação é ampla, sendo aplicáveis as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, observado o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.1.1. As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento (caso assim definido no item 4.1), se ausente previsão expressa em sentido diverso. Como exceção a essas disposições, na hipótese em que seja adotado procedimento com fase de habilitação antecedente (caso assim definido no item 4.1), segue-se disciplina específica neste Edital conforme disposições que contêm previsão expressa de aplicação a essa última hipótese.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos na subdivisão acima, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta

vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.5.1 e 4.5.2 subsequentes.

4.5.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

4.5.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.5.1 ou no item 4.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.5.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.5.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada (se admitida a participação de cooperativa).

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 a 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente) quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a subdivisão acima.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor total do item;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.9.1. Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos na subdivisão acima.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do **contrato**.

6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital, correspondendo ao menor preço ou maior desconto, respectivamente).

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto na subdivisão acima, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata a subdivisão anterior, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nas duas subdivisões anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas na subdivisão acima, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.20.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local,

data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.23. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicafe;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

7.1.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.4.1. O disposto nos itens 7.4 e 7.6.2 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 8, antes de se realizar a fase de julgamento.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. conter vícios insanáveis;

- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.
- 7.8. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 7.9.1. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.2. Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado **e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.**
- 7.9.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto na subdivisão subsequente.
- 7.9.3.1. A inexequibilidade, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.10. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

7.10.1. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

7.10.2. A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

7.10.3. A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

a) **Esta subdivisão não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra.**

7.10.3.1. O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) na subdivisão acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o Contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

7.10.4. É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art. 135, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

7.10.5. A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10.6. Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

7.10.7. O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

7.10.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

7.10.9. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviços em

geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.10.9.1. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

7.10.9.2. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.10.9.3. Para efeito da subdivisão anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.11. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12.1. Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.13.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso seja estabelecida a exigência de apresentação de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o

objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.15.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.15.3. Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entrega da(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15.3.1. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4. Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.15.4.1. No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de **conceito**.

8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-nanceira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

8.1.2. **Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.**

8.1.3. Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como

Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

8.1.3.1. Na hipótese de admissão da participação de pessoas jurídicas em consórcio e exigência de requisito(s) de habilitação econômico-financeira de que trata a subdivisão acima, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido dos licitantes individuais para habilitação econômico-financeira.

8.1.4. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.9.2. O disposto nos itens 8.9.1 e 8.13 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento definido no início deste Edital), observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.3.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.10.2. O disposto no item 8.10 será excepcionado se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do item 8.10.1.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito

de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. Caso seja definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.17. A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 14 deste **Edital**.

9. Da ata de registro de preços

9.1. **A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

10. Da formação do cadastro de reserva

10.1. **A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.**

11. Dos recursos

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. em exceção ao disposto no item 11.3.3, se for definido no item 4.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico sap@sap.sp.gov.br

12. Das infrações administrativas e sanções

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

12.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação ou a ata de registro de preço (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será calculada em conformidade com a Resolução SAP n.º 049/2024, que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei n.º 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): **sap@sap.sp.gov.br**

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet **<http://www>**.

sap.sp.gov.br/licitacoes/licitacoes.html, e no Diário Oficial do Estado - IMESP, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. Caso o item 1 não defina licitação para registro de preços, a disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que o adjudicatário, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir por ocasião da celebração da contratação por meio de declaração específica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo;

14.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa);

14.2.1.5.3. caso seja definido no item 1 deste Edital que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, a apresentação do registro ou inscrição do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU competente, com o visto do CREA/SP ou do CAU/SP, conforme o caso, se o local do registro ou inscrição for situado em região não compreendida na área de jurisdição da referida entidade, observada a legislação aplicável.

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <http://www.sap.sp.gov.br/licitacoes/licitacoes.html>

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. **ANEXO I - Termo de Referência;**

14.15.1.1. **Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;**

- 14.15.2. **ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;**
- 14.15.3. **ANEXO III – RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024;**
- 14.15.4. **ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;**
- 14.15.5. **ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);**
- 14.15.6. **ANEXO VI – Modelos referentes à vistoria prévia;**
- 14.15.7. **ANEXO VII – Planilha orçamentária;**
- 14.15.8. **ANEXO VIII – Avaliação de Execução de Serviços.**

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAXIMIANO CASSIO SOARES

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/09/2024 às 16:27:01.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I Termo de Referencia.pdf (14.81 MB)
- Anexo II - Anexo I Planilha Orcamentaria.pdf (3.82 MB)
- Anexo III - Anexo I Planilha de Preenchimento.pdf (3.53 MB)
- Anexo IV - Anexo I Cronograma Fisico Financeiro.pdf (1.27 MB)
- Anexo V - Anexo I Cronograma Fisico Financeiro de Preenchimento.pdf (1.07 MB)
- Anexo VI - Anexo I Demonstrativo do BDI.pdf (966.81 KB)
- Anexo VII - Anexo I Encargos Sociais.pdf (1.2 MB)
- Anexo VIII - Anexo I Demonstrativo Administracao Local.pdf (959.07 KB)
- Anexo IX - Anexo I Criterios de Medicao e Remunaracao.pdf (24.21 MB)
- Anexo X - Anexo I Memorial Descritivo.pdf (8.5 MB)
- Anexo XI - Anexo I Memorial Descritivo Continuacao.pdf (6.78 MB)
- Anexo XII - Anexo I Memoria de Calculo Parte 1.pdf (4.81 MB)
- Anexo XIII - Anexo I Memoria de Calculo Parte 2.pdf (13.67 MB)
- Anexo XIV - Anexo I Prancha-01-05-DENG.pdf (915.69 KB)
- Anexo XV - Anexo I Prancha-02-05-DENG.pdf (896.31 KB)
- Anexo XVI - Anexo I Prancha-03-05-DENG.pdf (1001.99 KB)
- Anexo XVII - Anexo I Prancha-04-05-DENG.pdf (466.26 KB)
- Anexo XVIII - Anexo I Prancha-05-05-DENG.pdf (470.87 KB)
- Anexo XIX - Anexo II Minuta de Contrato.pdf (1.26 MB)
- Anexo XX - Anexo III Resolucao SAP n 49-2024.pdf (454.68 KB)
- Anexo XXI - Anexo IV Modelo de Proposta.pdf (3.59 MB)
- Anexo XXII - Anexo V Modelo Declaracao Habilitacao.pdf (56.11 KB)
- Anexo XXIII - Anexo VI.1 Declaracao Conhecimento do Local.pdf (33.58 KB)
- Anexo XXIV - Anexo VI.2 Declaracao Conhecimento do Local.pdf (32.64 KB)
- Anexo XXV - Anexo VI.3 Declaracao Conhecimento Contratacao.pdf (32.64 KB)
- Anexo XXVI - Anexo VII Planilha Orcamentaria.pdf (3.9 MB)
- Anexo XXVII - Anexo VIII Avaliacao de Execucao de Servicos.pdf (6.38 KB)

Anexo I - Anexo I Termo de Referencia.pdf

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Termo de Referência 61/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
61/2024	380101-ESP-GABINETE DO SECRETARIO E ASSES.SEC.AD.PEN	VANESSA YURI SHIGUEMATSU BISPO	26/09/2024 16:25 (v 7.1)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		006.00212848/2024-04

1. Definição do objeto

OBSERVAÇÃO: Informamos que o presente Termo de Referência segue o modelo padrão do Toolkit do site COMPRAS.SP.GOV de 10 de junho de 2024, apesar do que consta da nota de rodapé do mesmo datado de maio de 2023, o qual decorre do fato da nota de rodapé ser automática do sistema desde a data de implantação dos Portal de Compras. A mesma também esta em consonância com os modelos eletrônicos disponibilizados no sítio eletrônico da Procuradoria Geral do Estado em seus toolkits.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de "Execução de Serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e DCEP", nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENIS / GSOPF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PE LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP						 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TOCOS	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA							
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALORES EM REAL	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 SERVIÇOS PRELIMINARES							49.224,42
1.1 ANDAIMES							774,30
1.1.1	CDHU	02.05.212	Andaime tubular fechador campo metálico com apoios ajustáveis	M2MES	10,00	20,93	209,30
1.1.2	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular fechador com altura até 10 m	M2	50,00	11,30	565,00
1.2 PROJETOS							8.416,56
1.2.1	CDHU	01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	1,00	2.973,59	2.973,59
1.2.2	CDHU	01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	1,00	1.436,63	1.436,63
1.2.3	CDHU	01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	1,00	4.006,34	4.006,34
1.3 REMOÇÃO DE ENTULHO							1.659,66
1.3.1	CDHU	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por	M3	13,78	120,44	1.659,66
1.4 CANTEIRO							2.673,90
1.4.1	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4	UNMES	2,00	1.336,95	2.673,90
1.5 ADMINISTRAÇÃO DE OBRA							35.700,00
1.5.1	CDHU	02.60.010	Administração Local	gl	1,00	35.700,00	35.700,00
2 COBERTURA (TELHADO/LAIES/CALHAS/RESERVATÓRIO)							444.832,71
2.1 RESERVATÓRIO SUPERIOR							35.580,59
2.1.1	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	98,00	16,94	1.660,12
2.1.2	CDHU	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de deposição - ensacado	M3	10,60	128,27	1.359,66
2.1.3	CDHU	11.05.030	Argamassa grout expansiva autotivante de alta resistência	M3	1,35	3.718,57	5.020,07
2.1.4	CDHU	11.16.060	Uniforme e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	1,35	108,20	146,07
2.1.5	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em membrana asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	36,00	83,18	2.994,48
2.1.6	CDHU	32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados	M2	98,00	68,66	6.728,68
2.1.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,80	75,75	742,28
2.1.8	CDHU	33.01.040	Estacamento e levantamento de concreto deteriorado	M2	18,00	40,10	721,80
2.1.9	CDHU	24.02.480	Perfuração de alvenaria em chapa, para passagem de - completa, sob medida	M2	0,40	1.425,02	570,01
2.1.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufa, alfa, em chapa galvanizada nº 24 - com 0,50 m	M	18,00	145,55	2.619,90
2.1.11	CDHU	33.11.050	Emalhe à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	0,80	44,75	35,80
2.1.12	CDHU	33.10.050	Tinta asfáltica em massa, inclusive preparo	M2	209,00	31,08	6.495,72
2.2 COBERTURA (TELHADO/LAIES/CALHAS)							371.215,80
2.2.1	CDHU	04.02.030	Refinada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm	M	300,00	4,12	1.236,00
2.2.2	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	8,00	14,94	119,52
2.2.3	CDHU	11.05.030	Argamassa grout expansiva autotivante de alta resistência	M3	8,00	3.718,57	29.748,56
2.2.4	CDHU	11.16.060	Uniforme e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	8,00	108,20	865,60
2.2.5	CDHU	33.01.040	Estacamento e levantamento de concreto deteriorado	M2	80,00	40,10	3.208,00
2.2.6	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em membrana asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	80,00	83,18	6.654,40
2.2.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	8,00	75,75	606,04
2.2.8	CDHU	16.03.030	Telhamento em cimento reforçado com fibra sintética GRFS - perfil tipo pad de 44 cm	M2	875,75	163,85	143.491,64
2.2.9	CDHU	16.03.320	Cumeeira normal em cimento reforçado com fibra sintética GRFS - perfil tipo pad de 44 cm	M	30,00	115,53	3.465,90
2.2.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufa, alfa, em chapa galvanizada nº 24 - com 0,50 m	M	17,00	145,55	2.474,35
2.2.11	CDHU	16.33.062	Calha, rufa, alfa, em chapa galvanizada nº 24 - com 1,00 m	M	226,00	223,08	50.410,08
2.2.12	CDHU	17.02.020	Oniplex	M2	180,00	6,66	1.198,80
2.2.13	CDHU	17.02.140	Emboço de impermeação com casca de galéster	M2	180,00	26,25	4.725,00
2.2.14	CDHU	33.10.050	Tinta asfáltica em massa, inclusive preparo	M2	180,00	31,08	5.594,40
2.2.15	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3.328,00	26,14	86.993,92
2.2.16	CDHU	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	3.328,00	4,08	13.578,24
2.2.17	CDHU	25.01.020	Emprego final da obra	M2	875,75	13,00	11.384,75
2.3 SPDA							38.036,32
2.3.1	CDHU	42.01.040	Cabo tipo Franklin, n° 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento chumbo	UN	6,00	131,51	789,06
2.3.2	CDHU	42.01.090	Cabo tipo terminal aérea, n° 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00	33,10	1.655,00
2.3.3	CDHU	42.04.020	Bracadeira de contenção para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	22,62	135,72
2.3.4	CDHU	42.04.040	Apoio para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	21,14	126,84
2.3.5	CDHU	42.04.060	Bolte para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	65,16	390,96
2.3.6	CDHU	42.04.120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00	86,78	520,68
2.3.7	CDHU	42.05.050	Sinalizador de obstáculo simples, com cabos telefônicos	UN	1,00	53,04	53,04
2.3.8	CDHU	42.05.220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00	55,55	55,55
2.3.9	CDHU	42.05.020	Bracadeira para fixação do sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00	25,15	25,15
2.3.10	CDHU	42.05.250	Barras condutoras chatas em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00	36,54	21.924,00
2.3.11	CDHU	42.05.300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00	46,32	370,56
2.3.12	CDHU	42.05.310	Caixa de inspeção do tipo cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - n° 250 mm	UN	8,00	28,02	224,16
2.3.13	CDHU	42.05.210	Flange de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00	195,69	1.565,52
2.3.14	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00	57,28	8.592,00
2.3.15	CDHU	42.03.080	Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2", reforçado com 2 descidas	UN	16,00	28,81	460,96
2.3.16	CDHU	42.20.160	Solda eletrolítica conexão cabo-cabo horizontal em T, tipo de cabo de 50-50 mm² e 95	UN	16,00	41,11	657,76
2.3.17	CDHU	42.05.300	Caixa de inspeção suspenso	UN	8,00	61,17	489,36
						TOTAL SEM BDI	494.057,13
BOLETIM CDHU 195 com desoneração						BDI 31,22%	154.244,64
						TOTAL COM BDI	648.301,77

1.1.1. Em caso de eventuais divergências entre a descrição do item do catálogo de compras do sistema do Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência e seus Anexos, em especial a Planilha Orçamentária e Critério de Medição e Remuneração.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto Estadual n.º 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.1.3. O objeto desta contratação não inclui o emprego de bens de luxo, nos termos do Decreto Estadual n.º 67.985, de 27 de dezembro de 2023.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto Estadual n.º 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. *O prazo de vigência da contratação é de 165 (cento e sessenta e cinco) dias contados do (a) emissão da Ordem de início de Serviços., na forma do artigo 105 da Lei n.º 14.133, de 2021.*

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

Subcontratação.

1.5. É admitida a subcontratação parcial do objeto, conforme as regras estabelecidas no contrato.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, visto que para o presente ano corrente o PCA foi facultativo em virtude da implantação do sistema do COMPRAS.GOV.SP.

2.3 De modo sintetizado a motivação da presente contratação se deve ao fato da obra de reforma da Sede da Pasta, objeto do Contrato SAP CG n.º 34/2023 ter sido rescindido unilateralmente, em virtude do abandono da obra pela então Contratada. Com o abandono da obra, o serviço de reforma da cobertura onde estão localizados o Departamento de Engenharia (DENG), o Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e o Departamento de Controle e Execução Penal (DCEP), restou inacabado e, tal situação tem gerado problemas de infiltração, vazamentos e empoçamento de água na laje, inclusive a impermeabilização executada restou prejudicada, devendo ser refeita nessa nova contratação.

2.4 A presente contratação objetiva ainda diminuir o mais breve possível os impactos causados pela não conclusão da cobertura, antes que se inicie o período de chuvas, pois, no local há risco de acúmulo de águas.

3. Descrição da solução

3.1. Contratação de serviços de “**Obras e Serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e DCEP**”, incluindo Documentos Técnicos, Especificações Técnicas, Planilhas de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários de Serviços e Cronograma Físico-Financeiro para a reforma da cobertura da referida edificação que compõem a Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, localizada na Avenida Ataliba Leonel, n.º 556, Santana, São Paulo.

3.2 Trata-se de contratação de empresa especializada para execução da estrutura de cobertura e de instalação de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), a qual a Contratada deverá ser responsável também pela elaboração, desenvolvimento e detalhamento do projeto de estrutura da cobertura da edificação do DENG/GSPOFP/DCEP e do projeto de Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), deverá estar em acordo com as normativas vigentes para execução deste tipo de serviço, em especial as normas técnicas relacionadas ao presente objeto, tais como as NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 1 – Princípios Gerais; NBR 5419-2 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 2 – Gerenciamento de Risco; NBR 5419-3 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 3 – Danos físicos a estruturas e perigos à vida; NBR 5419-4 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 4 – Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura; NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas; NBR 14432 – Resistência ao fogo em edificações; NBR 6123 – Forças devidas ao vento em edificações; NBR 14762 – Dimensionamento de estruturas de aço; NBR 5884 – Perfil estrutural laminados de aço para uso estrutural; NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas e edificações E NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e mistas de aço e concreto.

3.3 Além do projeto propriamente dito, deverá ser apresentado também as especificações técnicas, planilhas de quantitativos, memoriais descritivos do projeto que deverá ser de caráter executivo.

3.4 A execução do objeto deverá ainda estar em acordo com a ABNT NBR 15.575 (Norma de Desempenho) de 2013 no que trata do ciclo de vida da edificação, no que tange a Vida Útil de Projeto da Cobertura e da Estrutura.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA.

4.1.2. Conferir destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da execução do objeto do contrato, nos termos da Resolução CONAMA nº 307 /2002.

4.1.3. Comprovar que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos (CTR), em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, atendendo assim ao Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou ao Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso.

Subcontratação

4.3. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.3.1. Não será permitida a subcontratação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional, tais como:

4.3.1.1. *Telhamento em CRFS;*

4.3.1.2. *Fornecimento e Montagem de Estrutura de Aço para cobertura.*

4.3.2. Limites. Mediante prévia e expressa autorização da Unidade Contratante, a contratada poderá subcontratar parte do objeto licitado, observado o limite de **30% (trinta por cento)** do valor total do contrato, para a execução das seguintes atividades:

4.3.2.1 *Projetos Executivos;*

4.3.2.2 *Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até local de despejo – ensacado.*

4.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

Garantia da contratação

4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.6. No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida

fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. As visitas devem ser previamente agendadas e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública.

4.10.1.1. As visitas deverão ocorrer no endereço do local onde será executado o objeto, na Avenida Ataliba Leonel n.º556, Santana, São Paulo, na edificação do DENG/GSPOFP/DCEP, no período de divulgação do edital de licitação, de segunda-feira à sexta-feira, das 09:00 horas às 12:00 horas e das 14:00 horas às 17:00 horas.

4.10.2. Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

4.10.3. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

4.11. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de seu representante legal de que conhece o local e as condições da realização do objeto, ou declaração formal assinada por seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo do Anexo VI.3 - "Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação".

4.12. O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que será realizado o objeto da contratação, conforme pontuado na declaração prevista ao Anexo VI.3 - "Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação" da minuta do edital.

5. Modelo de execução do objeto

MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 05 (cinco) dias da emissão da ordem de serviço;

5.1.2. As especificações técnicas de todo o objeto estão esclarecidas no presente Termo de Referência e seus Anexos, dentre os quais fazem parte a Planilha Orçamentária, os Cronograma Físico e Financeiro, Critério de Medição, Memorial Descritivo e Projetos.

5.1.3. *Cronograma de realização dos serviços, em acordo com o apresentado pela Contratada na licitação.*

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço: **Avenida Ataliba Leonel, n.º556 - Santana, São Paulo/SP.**

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: **de segunda-feira à segunda-feira, do horário das 08:00 horas às 18:00 horas.** Para o caso dos serviços executados nos finais de semana deverá a Contratada comunicar previamente a Administração sobre os serviços que serão executados e apresentar lista de funcionários que irão executar os serviços durante o final de semana para prévia autorização.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. *Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.*

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Os projetos arquitetônicos da edificação do DENG/GSPOFP/DCEP em conjunto com o levantamento dos serviços que ficaram inconclusos da contratação anterior para a reforma da Sede, referente a conclusão da impermeabilização da laje da cobertura da edificação do DENG/GSPOFP/DCEP, a execução da cobertura da referida edificação e execução da instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

5.5.2. Os normativos técnicos para execução deste tipo de objeto, em especial as NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 1 - Princípios Gerais; NBR 5419-2 –

Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 2 – Gerenciamento de Risco; NBR 5419-3 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 3 – Danos físicos a estruturas e perigos à vida; NBR 5419-4 – Proteção Contra Descargas Atmosféricas – Parte 4 – Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura; NBR 8681 – Ações e segurança nas estruturas; NBR 14432 – Resistência ao fogo em edificações; NBR 6123 – Forças devidas ao vento em edificações; NBR 14762 – Dimensionamento de estruturas de aço; NBR 5884 – Perfil estrutural laminados de aço para uso estrutural; NBR 6120 – Cargas para o cálculo de estruturas e edificações E NBR 8800 – Projeto de estruturas de aço e mistas de aço e concreto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. *Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas [...]:*

5.8.1.A Contratada deverá comunicar formalmente aos representantes da Administração, no caso a(os) gestor(es) que a obra foi concluída e que não há mais serviços pendentes de medição. Este comunicado deve ser detalhado e incluir um relatório final das atividades realizadas, assegurando que todos os itens do contrato foram cumpridos conforme especificado.

5.8.2. A Contratada deverá apresentar quando o caso, todos os manuais, laudos e descritivos para operação de equipamentos e das instalações anteriormente ao recebimento do objeto. Para o caso de testes e laudos relacionados ao Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), os mesmo deverão seguir ao previsto na NBR 5419(2015).

5.8.3. Após a comunicação de finalização da obra pela Contratada, a Administração representada pelo(s) gestor(es) da obra emitirá o Termo de Recebimento Provisório. Este termo indica que a obra foi concluída de acordo com as especificações do contrato, mas ainda está sujeita a um período de observação para identificar eventuais defeitos ou inconformidades.

5.8.4. Findo o período de observação, e se todas as correções necessárias forem realizadas de maneira satisfatória, o(s) gestor(es) do contrato emitirá(ão) o Termo de Recebimento Definitivo. Este termo indica que a obra foi completamente aceita e que todos os serviços foram realizados conforme as exigências contratuais, encerrando assim o contrato formalmente.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

6.6. *A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.*

6.7. *A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante todo o período de execução da obra, devendo a mesma designar eventual(is) suplente(s) em caso de férias ou afastamento do preposto.*

6.8. *A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.*

6.9. *A Contratada deverá apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do preposto da obra e de eventuais suplentes e/ou substitutos em caso de férias ou afastamento do preposto.*

Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#) e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#))

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19.1. Acompanhamento e fiscalização do objeto contratual por meio de registro das atividades desenvolvidas na obra por meio de diário de obras, que poderá ser por meio físico e/ou digital. No caso de diário de obras em formato digital, o programa e/ou aplicativo relacionado ao acompanhamento das atividades desenvolvidas no canteiro de obras deverá apresentar campo editável para as observações da fiscalização e dos gestores do contrato, devendo os registros de cada mês compor o material da respectiva medição da obra, devendo ser entregue sempre as vias assinadas por ambas as partes.

Gestor do Contrato

6.22. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.23. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.24. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.25. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado,

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.26. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.27. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.28. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Critério de Medição, conforme previsto no **Anexo VIII - 8 do Termo de Referência e seus Anexos**.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. *A utilização do Critério de Medição não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para avaliação da prestação dos serviços.*

7.3. *A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:*

7.3.1. As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 5 (cinco) dias, instruída com os seguintes elementos:

I. Planilha de Medição;

II. Memórias de Cálculo;

III. Relatórios escrito e fotográfico;

IV. cronograma refletindo o andamento da obra;

7.3.2. A aferição dos serviços seguirá ao previsto no critério de medição e aferição dos itens, de acordo com o respectivo Boletim CDHU de referência, conforme as unidades de medida previstas no Critério de Medição que compõem os Anexos do presente Termo de Referência.

7.3.3. *Para o caso de itens relacionados a elaboração de projetos executivos, a referida medição do mesmo esta condicionada a apresentação do material físico correspondente, acompanhada da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e/ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT).*

Do recebimento

7.4. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.2. O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

I. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada no serviço é,

exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

II. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais - SINAFLO/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e o registro de sua destinação final;

III. quando for o caso de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

IV. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

V. as faturas e notas fiscais, demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada no serviço, quando o caso, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados no serviço, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

7.4.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do artigo 1º do

Decreto estadual nº 67.409, de 2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas no subitem anterior, quando o caso.

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnicos, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e arts. 17, X e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023), e após comunicação formal da Contratada informando da conclusão dos serviços e que o objeto está apto ao recebimento.

7.5.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.5.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.5.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.5.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de(.....) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.11.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;

- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.13. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.14. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018](#)).

7.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.18. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.20. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.21. Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida incidirá correção monetária nos termos do artigo 92, inciso V, da Lei Estadual n.º 14.133/21 e artigo 74, da Lei Estadual 6.544/89, bem como, juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro-rata-tempore" em relação ao período de atraso.

Forma de pagamento

7.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.22.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais- CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.24.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.25. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, por meio de Disputa Fechada.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será **Regime de Empreitada por Preço Unitário**.

Critérios de aceitabilidade de preços

8.3. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

8.3.1. *O licitante que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º e §4º, da Lei nº 14.133 /2021);*

8.4. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

8.4.1. *valor global: conforme valor estimado da licitação*

8.4.2. *custos unitários relevantes: conforme planilha orçamentária baseada no Boletim CDHU n.º 194.*

Exigências de habilitação

8.5. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.6. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

8.19. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante ([art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

8.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.25.1 Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.21. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.21.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.21.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

8.21.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.21.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável;

8.21.5. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação que é de **R\$ 645.422,44 (Seiscentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos)**

8.22. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.23. *Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; assegurado a ele o direito de realização de visita técnica.*

8.23.1. *A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação*

8.24. Registro ou inscrição da empresa Contratada no conselho profissional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em plena validade.

8.24.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência prevista na subdivisão acima por meio da apresentação, no momento da celebração da contratação, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil;

8.25. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

N.º	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA	UNIDADE	CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL
1	Fornecimento e Montagem de Estrutura de Aço para cobertura	16,17%	M²	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO
2	Telhamento em CRFS	29,07%	Kg	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO
3	Calha ou Rufo em chapa galvanizada	9,35%	M	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO
4	Argamassa de regularização e/ou proteção	5,07%	M³	ENGENHEIRO CIVIL OU ARQUITETO

8.25.1. capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico-Profissional ou Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, respectivamente, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme tabela acima.

8.25.2. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.25.3. A comprovação do vínculo do(s) profissional(is) a que se refere a subdivisão anterior pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, de anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços. No caso de sócio(s), deverá o fornecedor apresentar cópia do contrato social atualizado.

8.26. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

N.º	DESCRIÇÃO	RELEVÂNCIA	UNIDADE	QUANT. TOTAL	QUANT. EXGIDA (50%)
1	Fornecimento e Montagem de Estrutura de Aço para cobertura	16,17%	M²	3.328,00	1.664,00
2	Telhamento em CRFS	29,07%	Kg	875,75	437,87

3	Calha ou Rufo em chapa galvanizada	9,35%	M	261,00	130,50
4	Argamassa de regularização e/ou proteção	5,07%	m³	35,60	17,80

8.26.1.1. Capacidade técnico-operacional, comprovada por meio de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, que comprovem a prévia execução de obras de características e complexidade semelhantes às constantes do objeto da licitação, especificando necessariamente o tipo de obra, as indicações da área em metros quadrados, os serviços realizados e o prazo de execução. Os atestados devem corresponder a **50% (cinquenta por cento)** das parcelas de maior relevância do objeto licitado, relacionadas na tabela acima.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.26.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.27. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;
- b) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;*
- c) *no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;*
- d) *tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal;*
- e) *se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição;*

8.28. Tratando-se de consórcio, caso admitida a sua participação:

1. 8.28.1. *Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:*

- a) *Designação do consórcio e sua composição;*
- b) *Finalidade do consórcio;*
- c) *Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;*
- d) *Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;*
- e) *Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;*
- f) *Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;*
- g) *Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;*
- h) *Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea "c" desta subdivisão;*

1. 8.28.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

2.

3. 8.28.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência /insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.

5. 8.28.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 648.301,77

ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 648.301,77 (Seiscentos e quarenta e oito mil, trezentos e um reais e setenta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na *Planilha Orçamentária que compõem o Termo de Referência e seus Anexos, baseados no Boletim CDHU N.º 195. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto nº*

7.983, de 8 de abril de 2013, c/c a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, e o Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

9.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato

9.5. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

9.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 380101;

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 1442181561670000;

IV) Elemento de Despesa: 339039;

V) Plano Interno: 0100;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

VANESSA YURI SHIGUEMATSU BISPO

Arquiteto III



Assinou eletronicamente em 26/09/2024 às 16:23:43.

FRANCISCO APARECIDO SANTANA

Engenheiro IV



Assinou eletronicamente em 26/09/2024 às 16:25:24.


Anexo II - Anexo I Planilha Orcamentaria.pdf


Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 1 - Planilha Orcamentaria - Boletim 195 CDHU.pdf (489.62 KB)
- Anexo II - 2 - Planilha Preenchimento.pdf (479.39 KB)
- Anexo III - 3 - Cronograma Fisico e Financeiro.pdf (430.01 KB)
- Anexo IV - 4 - Cronograma Fisico e Financeiro Preenchimento.pdf (400.6 KB)
- Anexo V - 5 - Demonstrativo do BDI.pdf (427.51 KB)
- Anexo VI - 6 - Encargos Sociais.pdf (233.16 KB)
- Anexo VII - 7 - Demonstrativo de Composicao ADM Local.pdf (303.1 KB)
- Anexo VIII - 8 - Criterio de Mericao e Remuneracao B 195.pdf (6.37 MB)
- Anexo IX - 9 - Memorial Descritivo - Parte 1.pdf (962.01 KB)
- Anexo X - 9 - Memorial Descritivo - Parte 2.pdf (1.1 MB)
- Anexo XI - 10 - Memorias de Calculo - Parte 1.pdf (1.51 MB)
- Anexo XII - 10 - Memorias de Calculo - Parte 2.pdf (433.35 KB)
- Anexo XIII - Prancha_01___05_DENG.pdf (186.19 KB)
- Anexo XIV - Prancha_02___05_DENG.pdf (187.45 KB)
- Anexo XV - Prancha_03___05_DENG.pdf (220.94 KB)
- Anexo XVI - Prancha_04___05_DENG.pdf (135.16 KB)
- Anexo XVII - Prancha_05___05_DENG.pdf (135.16 KB)

**Anexo I - 1 - Planilha Orcamentaria - Boletim 195
CDHU.pdf**


OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP						 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA							
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALORES EM REAL	
						UNITÁRIO	TOTAL
1			SERVIÇOS PRELIMINARES				49.224,42
1.1			ANDAIMES				774,30
1.1.1	CDHU	02.05.212	Andaime tubular facheiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2MES	10,00	20,93	209,30
1.1.2	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular facheiro com altura até 10 m	M2	50,00	11,30	565,00
1.2			PROJETOS				8.416,56
1.2.1	CDHU	01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	1,00	2.973,59	2.973,59
1.2.2	CDHU	01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	1,00	1.436,63	1.436,63
1.2.3	CDHU	01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	1,00	4.006,34	4.006,34
1.3			REMOÇÃO DE ENTULHO				1.659,66
1.3.1	CDHU	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alven	M3	13,78	120,44	1.659,66
1.4			CANTEIRO				2.673,90
1.4.1	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos	UNMES	2,00	1.336,95	2.673,90
1.5			ADMINISTRAÇÃO DE OBRA				35.700,00
1.5.1	CDHU	02.60.010	Administração Local	gl	1,00	35.700,00	35.700,00
2			COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS/RESERVATÓRIO)				444.832,71
2.1			RESERVATÓRIO SUPERIOR				35.580,59
2.1.1	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	98,00	14,94	1.464,12
2.1.2	CDHU	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	10,60	128,27	1.359,66
2.1.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	1,35	3.718,57	5.020,07
2.1.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	1,35	108,20	146,07
2.1.5	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	36,00	83,18	2.994,48
2.1.6	CDHU	32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados com ref	M2	98,00	68,66	6.728,68
2.1.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,80	757,58	7.424,28
2.1.8	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	18,00	40,10	721,80
2.1.9	CDHU	24.02.480	Portinhola de abrir em chapa, para 'passa pacote', completa, sob medida	M2	0,40	1.425,02	570,01
2.1.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	18,00	145,55	2.619,90
2.1.11	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	0,80	44,75	35,80
2.1.12	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	209,00	31,08	6.495,72
2.2			COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS)				371.215,80
2.2.1	CDHU	04.02.030	Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²	M	300,00	4,12	1.236,00
2.2.2	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	8,00	14,94	119,52
2.2.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	8,00	3.718,57	29.748,56
2.2.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	8,00	108,20	865,60
2.2.5	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	80,00	40,10	3.208,00
2.2.6	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	80,00	83,18	6.654,40
2.2.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	8,00	757,58	6.060,64
2.2.8	CDHU	16.03.030	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal de 44 cm	M2	875,75	163,85	143.491,64
2.2.9	CDHU	16.03.320	Cumeeira normal em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal 44 cm	M	30,00	115,53	3.465,90
2.2.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	17,00	145,55	2.474,35

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP					 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA							
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALORES EM REAL	
						UNITÁRIO	TOTAL
2.2.11	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	226,00	223,08	50.416,08
2.2.12	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2	180,00	6,66	1.198,80
2.2.13	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	180,00	26,25	4.725,00
2.2.14	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	180,00	31,08	5.594,40
2.2.15	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3.328,00	26,14	86.993,92
2.2.16	CDHU	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	3.328,00	4,08	13.578,24
2.2.17	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	875,75	13,00	11.384,75
2.3		SPDA					38.036,32
2.3.1	CDHU	42.01.040	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado	UN	6,00	131,51	789,06
2.3.2	CDHU	42.01.090	Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00	33,10	1.655,00
2.3.3	CDHU	42.04.020	Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	22,62	135,72
2.3.4	CDHU	42.04.040	Apoio para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	21,14	126,84
2.3.5	CDHU	42.04.060	Base para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	65,16	390,96
2.3.6	CDHU	42.04.120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00	86,78	520,68
2.3.7	CDHU	42.05.050	Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica	UN	1,00	53,04	53,04
2.3.8	CDHU	42.05.220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00	55,55	55,55
2.3.9	CDHU	42.05.020	Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00	25,15	25,15
2.3.10	CDHU	42.05.250	Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00	36,54	21.924,00
2.3.11	CDHU	42.05.300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00	46,32	370,56
2.3.12	CDHU	42.05.310	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm	UN	8,00	28,02	224,16
2.3.13	CDHU	42.05.210	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00	195,69	1.565,52
2.3.14	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00	57,28	8.592,00
2.3.15	CDHU	42.03.080	Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2", reforçado com 2 descidas	UN	16,00	28,81	460,96
2.3.16	CDHU	42.20.160	Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²	UN	16,00	41,11	657,76
2.3.17	CDHU	42.05.100	Caixa de inspeção suspensa	UN	8,00	61,17	489,36
BOLETIM CDHU 195 com desoneração					TOTAL SEM BDI	494.057,13	
					BDI 31,22%	154.244,64	
					TOTAL COM BDI	648.301,77	

Anexo III - Anexo I Planilha de Preenchimento.pdf

Anexo II - 2 - Planilha Preenchimento.pdf

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIA						
LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo – SP						
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO						
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALORES EM REAL
1 SERVIÇOS PRELIMINARES						TOTAL
1.1 ANDAIMES						0,00
1.1.1	CDHU	02.05.212	Andaime tubular facheiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2MES	10,00	0,00
1.1.2	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular facheiro com altura até 10 m	M2	50,00	0,00
1.2 PROJETOS						0,00
1.2.1	CDHU	01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	1,00	0,00
1.2.2	CDHU	01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	1,00	0,00
1.2.3	CDHU	01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	1,00	0,00
1.3 REMOÇÃO DE ENTULHO						0,00
1.1.3.1	CDHU	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alven	M3	13,78	0,00
1.4 CANTEIRO						0,00
1.4.1	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos	UNMES	2,00	0,00
1.5 ADMINISTRAÇÃO DE OBRA						0,00
1.5.1	CDHU	02.60.010	Administração Local	gl	1,00	0,00
2 COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS/RESERVATÓRIO)						0,00
2.1 RESERVATORIO SUPERIOR						0,00
2.1.1	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	98,00	0,00
2.1.2	CDHU	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	10,60	0,00
2.1.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	1,35	0,00
2.1.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	1,35	0,00
2.1.5	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	36,00	0,00
2.1.6	CDHU	32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados com re	M2	98,00	0,00
2.1.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,80	0,00
2.1.8	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	18,00	0,00
2.1.9	CDHU	24.02.480	Portinhola de abrir em chapa, para 'passa pacote', completa, sob medida	M2	0,40	0,00
2.1.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	18,00	0,00
2.1.11	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	0,80	0,00
2.1.12	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	209,00	0,00
2.2 COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS)						0,00
2.2.1	CDHU	04.02.030	Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²	M	300,00	0,00
2.2.2	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	8,00	0,00
2.2.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	8,00	0,00
2.2.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	8,00	0,00
2.2.5	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	80,00	0,00

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP					 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO					VALORES EM REAL		
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
2.2.6	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	80,00		0,00
2.2.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	8,00		0,00
2.2.8	CDHU	16.03.030	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRF5 - perfil trapezoidal de 44 cm	M2	875,75		0,00
2.2.9	CDHU	16.03.320	Cumeeira normal em cimento reforçado com fio sintético CRF5 - perfil trapezoidal 44 cm	M	30,00		0,00
2.2.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	17,00		0,00
2.2.11	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	226,00		0,00
2.2.12	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2	180,00		0,00
2.2.13	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	180,00		0,00
2.2.14	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	180,00		0,00
2.2.15	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3.328,00		0,00
2.2.16	CDHU	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	3.328,00		0,00
2.2.17	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	875,75		0,00
2.3 SPDA							0,00
2.3.1	CDHU	42.01.040	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado	UN	6,00		0,00
2.3.2	CDHU	42.01.090	Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00		0,00
2.3.3	CDHU	42.04.020	Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.4	CDHU	42.04.040	Apoio para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.5	CDHU	42.04.060	Base para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.6	CDHU	42.04.120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00		0,00
2.3.7	CDHU	42.05.050	Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica	UN	1,00		0,00
2.3.8	CDHU	42.05.220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00		0,00
2.3.9	CDHU	42.05.020	Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00		0,00
2.3.10	CDHU	42.05.250	Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00		0,00
2.3.11	CDHU	42.05.300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00		0,00
2.3.12	CDHU	42.05.310	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm	UN	8,00		0,00
2.3.13	CDHU	42.05.210	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00		0,00
2.3.14	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00		0,00
2.3.15	CDHU	42.03.080	Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2", reforçado com 2 descidas	UN	16,00		0,00
2.3.16	CDHU	42.20.160	Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²	UN	16,00		0,00
2.3.17	CDHU	42.05.100	Caixa de inspeção suspensa	UN	8,00		0,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO					TOTAL SEM BDI		
					BDI 0,00%		
					TOTAL COM BDI		
					0,00		

Anexo IV - Anexo I Cronograma Fisico Financeiro.pdf

Anexo III - 3 - Cronograma Físico e Financeiro.pdf

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA
EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP




SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO SÃO TODOS

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

ITEM	SERVIÇOS	30	60	TOTAL
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	29.845,95	19.378,47	49.224,42
		60,63%	39,37%	100,00%
1.1	ANDAIMES	387,15	387,15	774,30
		50,00%	50,00%	100,00%
1.2.1	PROJETOS	7.574,90	841,66	8.416,56
		90,00%	10,00%	100,00%
1.2.3	REMOÇÃO DE ENTULHO	1.493,69	165,97	1.659,66
		90,00%	10,00%	100,00%
1.4	CANTEIRO	2.540,21	133,69	2.673,90
		95,00%	5,00%	100,00%
1.5	Administração Local	17.850,00	17.850,00	35.700,00
		50,00%	50,00%	100,00%
2	COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS/RESERVATÓRIO)	126.088,12	318.744,59	444.832,71
		28,35%	71,65%	100,00%
2.1	RESERVATORIO SUPERIOR	7.116,12	28.464,47	35.580,59
		20,00%	80,00%	100,00%
2.2	COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS)	111.364,74	259.851,06	371.215,80
		30,00%	70,00%	100,00%
2.3	SPDA	7.607,26	30.429,06	38.036,32
		20,00%	80,00%	100,00%
TOTAL SEM BDI		155.934,07	338.123,06	494.057,13
		31,56%	68,44%	100,00%
BDI 31,22%		48.682,62	105.562,02	154.244,64
TOTAL SEM BDI		204.616,69	443.685,08	648.301,77
ACUMULADO		204.616,69	648.301,77	

Anexo V - Anexo I Cronograma Fisico Financeiro de Preenchimento.pdf

**Anexo IV - 4 - Cronograma Fisico e Financeiro
Preenchimento.pdf**

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo – SP		 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS		
CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO PARA PREENCHIMENTO				
ITEM	SERVIÇOS	30	60	TOTAL
1 SERVIÇOS PRELIMINARES		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
1.1 ANDAIMES		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
1.2.1 PROJETOS		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
1.2.3 REMOÇÃO DE ENTULHO		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
1.4 CANTEIRO		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
1.5 Administração Local		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
2 COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS/RESERVATÓRIO)		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
2.1 RESERVATORIO SUPERIOR		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
2.2 COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
2.3 SPDA		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
TOTAL SEM BDI		0,00	0,00	0,00
		0,00%	0,00%	0,00%
BDI 0,00%		0,00	0,00	0,00
TOTAL SEM BDI		0,00	0,00	0,00
ACUMULADO		0,00	0,00	

Anexo VI - Anexo I Demonstrativo do BDI.pdf

Anexo V - 5 - Demonstrativo do BDI.pdf

Chefia de Gabinete
Departamento de Engenharia



OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

DEMONSTRATIVO DE COMPOSIÇÃO DO BDI	
DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)
LUCRO ESTIMADO	6,16%
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - VALOR RATEADO	3,88%
DESPESAS FINANCEIRAS	1,39%
SEGUROS, RISCOS E GARANTIA	2,00%
SEGUROS	0,50%
GARANTIA	0,50%
RISCOS	1,00%
IMPOSTOS	13,15%
ISS	5,00%
PIS	0,65%
COFINS	3,00%
Contribuição previdenciária conforme Lei 13.161/2015 - 4,5% sobre o	4,50%
CONSIDERANDO OS PERCENTUAIS ACIMA E APLICANDO -SE A FÓRMULA ABAIXO, TEM -SE:	
$(((1+AC+S+R+G) * (1+DF) * (1+L)) / ((1-I) - 1)) \times 100$	31,22%
BDI adotado conforme Acórdãos TCU/Plenário 2622/2013 e LEI 13.161/2015 DESONERADO	

OBSERVAÇÕES

Sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Acórdão nº 1.595/06 (DOU de 01/09/2006).

2. Este documento deverá ser preenchido em papel timbrado da licitante.
incidência do imposto.

NOTA Apresentar valores em porcentagens com até 2 (duas) casas decimais.

Anexo VII - Anexo I Encargos Sociais.pdf

Anexo VI - 6 - Encargos Sociais.pdf

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

RESUMO DOS ENCARGOS SOCIAIS COM DESONERAÇÃO PARA O EMPREGADOR	
A - TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS	17,80%
1. Previdência Social	0,00%
2. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	8,00%
3. Salário Educação	2,50%
4. Serviço Social da Indústria - SESI	1,50%
5. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	1,00%
6. Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa - SEBRAE	0,60%
7. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	0,20%
8. Seguro contra os acidentes de trabalho - INSS	3,00%
9. Seconci Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário	1,00%
B - TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM A INCIDENCIA DE A	39,17%
1. Repouso semanal e feriados	22,90%
2. Auxílio enfermidade	0,79%
3. Licença paternidade	0,34%
4. 13º Salário	10,57%
5. Dias de chuva/faltas justificadas/outras dificuldades/acidentes de	4,57%
C - TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM AS INCIDENCIAS DE A	31,63%
1. Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2 + (A2 x B)]	4,45%
2. Férias (indenizadas)	14,06%
3. Aviso-prévio (indenizado)	13,12%
GRUPO IV	9,18%
1. Reincidência de A sobre B	6,97%
2. Reincidência de (A - A9) sobre C3	2,20%
TOTAL DOS GRUPOS	97,78%
PERCENTUAIS APRESENTADOS PELA Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU	

Anexo VIII - Anexo I Demonstrativo Administracao Local.pdf

**Anexo VII - 7 - Demonstrativo de Composicao ADM
Local.pdf**

Chefia de Gabinete
Departamento de Engenharia



OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

ADMINISTRAÇÃO LOCAL			gl (global)	Encargos sociais 97,78%
02.60.01C Administração Local de Obra de Reforma				
98095	ADMINISTRATIVA OBRIGATÓRIA MENSAL - SEM ENCARGOS SOCIAIS			8.189,58
98569	OPERACIONAIS OBRIGATÓRIAS			2.067,03
98570	EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE			1.927,80
98571	FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS			1.085,28
98572	CONTROLES TECNOLÓGICOS			699,72
98573	ALIMENTAÇÃO, UNIFORMES, EPI E KIT PRIMEIROS SOCORROS			5.533,24
			Valor de Material	19.502,65
			Valor da Mão de Obra (com encargos inclusos)	16.197,35
			Valor Total do Serviço	35.700,00

**Anexo IX - Anexo I Criterios de Medicao e
Remunaracao.pdf**

**Anexo VIII - 8 - Criterio de Mericao e Remuneracao B
195.pdf**

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA



CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE REMUNERAÇÃO

Boletim CDHU 195 – Data Base: Agosto/2024

METODOLOGIA DE CONSULTA

A cada serviço corresponde um critério de medição e remuneração, acessado por meio da codificação atribuída ao serviço.

Os critérios de Medição e Remuneração são expressos por intermédio de dois itens básicos e um complementar:

- 1) No primeiro item são especificadas a unidade e as formas de medição do serviço;
- 2) No segundo item são abordados todos os elementos remunerados como: equipamentos, mão de obra, materiais principais e acessórios, bem como se o serviço refere-se a fornecimento, e/ou instalação, e/ou execução;

Em atendimento ao Acórdão nº 1013/2011 foi excluído o item 3 (outubro/2018).

Perdas normais decorrentes da aplicação dos materiais ou execução dos serviços e encargos sociais estão inclusos na apropriação do custo dos mesmos.

UNIDADES PADRÃO

A atribuição das unidades ocorre por meio de critério estabelecido tanto pelo mercado da construção civil como pela maneira de fornecimento, instalação ou execução dos serviços.

Tais unidades são apresentadas a seguir, assim como a forma de utilização:

ABREVIATURA	UNIDADE	DESCRIÇÃO
A x m	AMPERE VEZES METRO	INTENSIDADE, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE QUANTIDADE DE CORRENTE ELÉTRICA POR COMPRIMENTO
cj	CONJUNTO	UNITÁRIA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COMPOSTOS POR PARTES DISTINTAS
cj x dia	CONJUNTO VEZES DIAS	PERÍODO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTAL ALOCADO, EM QUANTIDADES INTEIRAS DE CONJUNTOS E DIAS
cm ³	CENTÍMETRO CÚBICO	VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES MUITO PEQUENOS
dm ³	DECÍMETRO CÚBICO	VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES PEQUENOS
h	HORA	TEMPO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS AFERIDOS POR DURAÇÃO DE EXECUÇÃO
H.P. x h	HORSE POWER VEZES HORAS	CAPACIDADE, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR MEIO DE EQUIPAMENTO COM DETERMINADA POTÊNCIA NUM PERÍODO DE TEMPO, AFERIDO EM HORAS
kg	QUILO	PESO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUANTIDADES EM PESO DE MATERIAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO
km	QUILÔMETRO	PERCURSO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ATRAVÉS DE GRANDES DISTÂNCIAS
l	LITRO	VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS COM QUANTIDADES DE VOLUME DE MATERIAL EMPREGADO NA EXECUÇÃO
m	METRO	COMPRIMENTO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR EXTENSÃO
m x mês	METRO VEZES MÊS	PERÍODO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTAL ALOCADO, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS POR MESES INTEIROS
m ²	METRO QUADRADO	SUPERFÍCIE, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR ÁREA

m² x mês	METRO QUADRADO VEZES MÊS	PERÍODO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTAL ALOCADO, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS QUADRADOS POR MESES INTEIROS
m³	METRO CÚBICO	VOLUMÉTRICA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS POR VOLUMES MÉDIOS
m³ x mês	METRO CÚBICO VEZES MÊS	PERÍODO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTAL ALOCADO, EM QUANTIDADES QUEBRADAS DE METROS CÚBICOS POR MESES INTEIROS
m³ x km	METRO CÚBICO VEZES QUILOMETRO	TRASLADO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENVOLVAM TRANSPORTE DE MATERIAIS MENSURADOS POR VOLUME, ATRAVÉS DE DISTÂNCIAS MENSURADAS EM QUILOMETROS
t	TONELADA	UNIDADE DE MEDIDA DE MASSA, EQUIVALENTE A 1.000 QUILOS
par	PAR	UNITÁRIA, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS OBRIGATORIAMENTE COM DUAS UNIDADES
tx	TAXA	TAXAMENTO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO DE SERVIÇOS QUE AGREGAM VALORES ADICIONAIS DE NATUREZA OPERACIONAL, SENDO REMUNERADOS EM SUA TOTALIDADE
un	UNIDADE	UNITÁRIA, UTILIZADA PARA A MEDIÇÃO DE SERVIÇOS REMUNERADOS EM QUANTIDADES INTEIRAS
un x mês	UNIDADE VEZES MÊS	PERÍODO, UTILIZADA PARA MEDIÇÃO E REMUNERAÇÃO DE EQUIPAMENTO OU FERRAMENTAL ALOCADO, EM QUANTIDADES INTEIRAS DE UNIDADES E MESES

01 SERVIÇO TÉCNICO ESPECIALIZADO

01.17 PROJETO EXECUTIVO

01.17.031 Projeto executivo de arquitetura em formato A1

- 1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de arquitetura, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:
 - a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:
 - Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
 - A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).
 - b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:
 - Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;
 - Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).
- 3) O item não contempla fator K e BDI

01.17.041 Projeto executivo de arquitetura em formato A0

- 1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).

2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de arquitetura, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:

- Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
- A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

- Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;
- Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).

3) O item não contempla fator K e BDI

01.17.051 Projeto executivo de estrutura em formato A1

1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).

2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de estrutura, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:

- a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:
 - Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
 - A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).
 - b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:
 - Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;
 - Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).
- 3) O item não contempla fator K e BDI.

01.17.061 Projeto executivo de estrutura em formato A0

- 1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de estrutura, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:
 - a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:
 - Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
 - A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com

extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

- Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;
- Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).

3) O item não contempla fator K e BDI

01.17.111 Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1

1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).

2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A1; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:

- Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
- A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

- Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;

- Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).

3) O item não contempla fator K e BDI.

01.17.121 Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0

1) Será medido por unidade de desenho fornecido e aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora (un).

2) O item remunera o fornecimento de projeto executivo de elétrica, contendo todas as informações e detalhes construtivos, para a execução completa da obra de acordo com o padrão da Contratante e/ou Gerenciadora. Não constam deste item os custos de estudo preliminar, concepção e projeto básico. O projeto deverá ser constituído por: peças gráficas no formato A0; especificações técnicas; memoriais descritivos, listas de quantidade e memórias de cálculo pertinentes. Apresentados conforme relação abaixo:

a) Os produtos gráficos deverão ser desenvolvidos por meio do software AUTOCAD versão 2000 e apresentados da seguinte forma:

- Revisões até a aprovação do projeto, em papel sulfite, para ajustes e liberação pela Contratante e/ou Gerenciadora, para a execução do projeto executivo;
- A entrega do projeto executivo, devidamente aprovado pela Contratante e/ou Gerenciadora, deverá ser constituída por: duas cópias plotadas em papel sulfite; uma cópia do arquivo eletrônico com extensão dwg e a respectiva versão com extensão plt, em compact disc (CD Rom).

b) Os relatórios, as especificações técnicas, os memoriais descritivos, lista de quantidades e as memórias de cálculo pertinentes ao projeto deverão ser desenvolvidas por meio dos softwares WINWORD, ou EXCEL e apresentados da seguinte forma:

- Duas cópias completas no formato A4, em papel sulfite, encadernadas;
- Os arquivos eletrônicos com extensão doc ou xls, em compact disc (CD Rom).

3) O item não contempla fator K e BDI.

02 INÍCIO, APOIO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

02.02 CONTAINER

02.02.130 Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e 1 ponto para chuveiro - área mínima de 13,80 m²

- 1) Será medido por unidade de container multiplicado pelo número inteiro de meses alocado na obra (un x mês).
- 2) O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para escritório e 1 sanitário completo, piso impermeável e antiderrapante, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

02.02.140 Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos para chuveiro - área mínima de 13,80 m²

- 1) Será medido por unidade de container multiplicado pelo número inteiro de meses alocado na obra (un x mês).
- 2) O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para sanitário, com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios individuais ou 1 coletivo tipo calha, 2 mictórios individuais ou 1 coletivo tipo calha, 4 pontos para chuveiro, piso impermeável e antiderrapante, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

02.02.150 Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²

- 1) Será medido por unidade de container multiplicado pelo número inteiro de meses alocado na obra (un x mês).
- 2) O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para depósito, com instalações internas completas, conforme NR18 (2015). Área mínima de 13,80 m².

02.05 ANDAIME E BALANCIM

02.05.090 Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura até 10 m

- 1) Será medido pela área, na projeção vertical da fachada, do andaime montado e desmontado, sendo medido 100% na desmontagem (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão-de-obra necessária para a montagem, desmontagem, empilhamento das peças e traslado interno na

obra, para andaime tubular fachadeiro com até 10 m de altura, inclusive o madeiramento do tablado.

02.05.212 Andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis

- 1) Será medido pela área, na projeção vertical da fachada, do andaime tubular fachadeiro alocado, multiplicada pelo período em meses de locação ($m^2 \times$ mês).
- 2) O item remunera o fornecimento de locação de andaime tubular fachadeiro montado com no mínimo 1,0 m de largura a partir da face externa da fachada; mão de obra para traslado interno na obra e materiais necessários para a locação do andaime, constituído por: quadros de base com travamentos e ajustes em diagonal, nivelados por meio de sapatas ajustáveis; guarda-corpos e rodapés, plataformas e quadros com escadas; pavimento de pisos metálicos; materiais acessórios como cabo de aço, tubos e braçadeiras necessários para a montagem; conforme

02.08 SINALIZAÇÃO DE OBRA

02.08.020 Placa de identificação para obra

- 1) Será medido por área de placa executada (m^2).
- 2) O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas do Governo do Estado de São Paulo, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16 ou nº18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; Fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; Marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de Assinaturas do Governo do Estado de São Paulo e da empresa Gerenciadora; Pontaletes de Erisma uncinatum (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou Qualea spp (conhecida como Cambará), de 3 x 3. Não remunera as placas dos fornecedores.

02.60 Serviços Especiais

02.60.010 Administração local para obra de Reforma da Cobertura da edificação do DENG / GSPOFP / DSEP da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária

- 1) Será medido por valor global de administração local de obra (gl).
- 2) O item remunera o fornecimento de mão-de-obra, taxas, transporte, ferramentas de pequeno porte e materiais necessários para a administração

local do canteiro de obra de Reforma da Cobertura da edificação do DENG / GSPOFP / DSEP da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, durante sua execução; composta por:

- Somatória dos salários e encargos despendidos (inclusive transporte, alimentação e de segurança pessoal) com a equipe de condução da obra (pessoal técnico administrativo e de apoio);
- Despesas com energia, gás, telefones fixos e móveis, correio, internet e combustíveis;
- Aluguel, manutenção e seguro de veículos leves em serviço da locomoção do pessoal administrativo na obra;
- Despesas com segurança e vigilância;
- Consumo de água, café e material de limpeza;
- Aluguel de equipamentos administrativos (mobiliário de escritório, telefones fixos e celulares, computadores, aparelhos de ar condicionados, ventiladores, geladeiras e fogão para copa, extintores e relógio de ponto);
- Aluguel de equipamentos de laboratório para controle tecnológico;
- Material de escritório, inclusive cópias e encadernações;
- Serviços de topografia de acompanhamento de obras (não inclui levantamentos para projetos);
- Serviços de apoio estratégico e logístico da obra (medicina e segurança do trabalho e controle tecnológico de qualidade dos materiais e da obra em geral);
- Taxas e emolumentos para registros de projeto, alvará, licenças, habite-se e averbação;
- ART de execução da obra.

03 DEMOLIÇÃO SEM REAPROVEITAMENTO

03.09 DEMOLIÇÃO DE IMPERMEABILIZAÇÃO E AFINS

03.09.020 Demolição manual de camada impermeabilizante

- 1) Será medido por área real de camada impermeabilizante, inclusive sistema de fixação, medida no projeto, ou conforme levantamento cadastral, ou aferida antes da demolição (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária e ferramentas adequadas para a execução dos serviços de: demolição, fragmentação de

camada impermeabilizante, inclusive a base de assentamento ou fixação, manualmente; a seleção e a acomodação

04 RETIRADA COM PROVÁVEL REAPROVEITAMENTO

04.02 RETIRADA DE ELEMENTOS DE ESTRUTURA (CONCRETO, FERRO, ALUMÍNIO E MADEIRA)

04.02.030 Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²

- 1) Será medido pelo comprimento total das peças retiradas (m).
- 2) O item remunera o fornecimento da mão de obra necessária para a retirada completa

05.04 TRANSPORTE DE MATERIAL SOLTO

05.04.060 Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado

- 1) Será medido pelo volume de material ensacado transportado (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de mão de obra e recipientes (sacos de ráfia) necessários para o transporte manual horizontal e/ou vertical, de qualquer material ensacado oriundo de demolição até o local de despejo ou acomodação; remunera também a proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais.

05.07 TRANSPORTE COMERCIAL, CARRETEIRO E ALUGUEL

05.07.050 Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal

- 1) Será medido por volume de entulho retirado, aferido na caçamba (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra, alvenaria, concreto, argamassa, madeira, papel, plástico e metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município onde ocorrer a geração e retirada do entulho, ou área licenciada para tal finalidade pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), e que atenda às exigências de legislação municipal, abrangendo:
 - a) A empresa ou prestadora dos serviços de remoção do entulho, resíduos provenientes da construção civil, deverá cumprir todas as exigências e determinações previstas na legislação: Resolução nº 307, de 5 de julho de

2002 e suas alterações, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Decreto nº 37952, de 11 de maio de 1999, e normas;

- b) Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;
- c) Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;
- d) Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;
- e) A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.
- f) Na retirada do entulho, a empresa executora dos serviços de coleta e transporte, deverá apresentar o Controle de Transporte de Resíduos (CTR) devidamente preenchido, contendo informações sobre o gerador, origem, quantidade e descrição dos resíduos e seu destino, unidade de disposição final, bem como o comprovante declarando a sua correta destinação;
- g) Estão inclusos todos os impostos legais e despesas necessárias junto aos órgãos regulamentadores das atividades envolvidas. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113, NBR 15114 e Nota Técnica da NBR 10004/2004.

11 CONCRETO, MASSA E LASTRO

11.05 CONCRETO E ARGAMASSA ESPECIAL

11.05.030 Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência

- 1) Será medido pelo volume real de argamassa executada (m³).
- 2) O item remunera o fornecimento de betoneira, argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência; referência comercial Sikagrout 250 da Sika, V-2 Grauth da Vedacit ou equivalente. Remunera também a mão de obra necessária para o preparo da argamassa de acordo com as recomendações do fabricante.

11.16 LANÇAMENTO E APLICAÇÃO

11.16.060 Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura

- 1) Será medido pelo volume calculado no projeto de formas; sendo que o volume da interseção dos diversos elementos estruturais deve ser computado uma só vez (m^3).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos e mão de obra necessários para o transporte interno à obra, lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura.

15 ESTRUTURA EM MADEIRA, FERRO, ALUMÍNIO E CONCRETO

15.03 ESTRUTURA EM AÇO

15.03.030 Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura

- 1) Será medido por peso de aço, nas bitolas e dimensões especificadas no projeto de estrutura metálica (kg).
- 2) O item remunera o fornecimento do projeto de fabricação, da estrutura metálica em aço ASTM A36/ A36M-14, incluindo chapas de ligação, soldas, parafusos galvanizados, chumbadores, perdas e acessórios não constantes no peso nominal de projeto; beneficiamento e pré-montagem de partes da estrutura em fábrica; transporte e descarregamento; traslado interno à obra; montagem e instalação completa; preparo da superfície das peças por meio de jato de abrasivo da Norma SSPC -SP 10, padrão visual Sa 2 1/2, da Norma SIS 05 59 00-67.

16 TELHAMENTO

16.03 TELHAMENTO EM CIMENTO REFORÇADO COM FIO SINTÉTICO (CRFS)

16.03.030 Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal de 44 cm

- 1) Será medido pela área de telhamento (m^2), sendo:
 - a) Quando plano, ou inclinado abaixo de 18%, pela área de cobertura em projeção horizontal, ou pela área de vedação lateral em projeção vertical;
 - b) Quando inclinado a partir de 18%, pela área de cobertura em projeção horizontal, ou pela área de vedação lateral em projeção vertical, com os acréscimos:
 - 5% para coberturas de 18% a 27% de inclinação;
 - 8% para coberturas de 28% a 38% de inclinação;
 - 12% para coberturas de 39% a 50% de inclinação.
 - c) Quando curvo, pelo desenvolvimento da curvatura da cobertura.

- 2) O item remunera o fornecimento das telhas em chapa de cimento reforçado com fio sintético (CRFS), em perfil trapezoidal, com 8 mm de espessura, largura útil de 44 cm, em qualquer comprimento; referência comercial Kalheta fabricação Brasilit ou equivalente; materiais acessórios para a fixação das telhas em estrutura de apoio, metálica, ou de madeira e a mão de obra necessária para o transporte interno à obra, içamento e a montagem completa das telhas.

16.03.320 Cumeeira normal em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal 44 cm

- 1) Será medido por comprimento de cumeeira executada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento das peças de cumeeira nos modelos: normal, e normal terminal, em cimento reforçado com fio sintético (CRFS), para perfil trapezoidal, tipo Kalheta, com largura útil de 44 cm; referência comercial fabricação Brasilit ou equivalente; materiais acessórios para a fixação das peças em estrutura de apoio, metálica, ou de madeira e a mão de obra necessária para o transporte interno à obra, içamento e a montagem completa da cumeeira.

16.33 CALHAS E RUFOS

16.33.052 Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m

- 1) Será medido por comprimento instalado (m).
- 2) O item remunera o fornecimento e instalação de calhas ou rufos em chapa galvanizada nº 24, com largura de 50 cm; inclusive materiais acessórios para emendas, junção em outras peças, vedação e fixação.

16.33.062 Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m

- 1) Será medido por comprimento instalado (m).
- 2) O item remunera o fornecimento e instalação de calhas ou rufos em chapa galvanizada nº 24, com largura de 100 cm; inclusive materiais acessórios para emendas, junção em outras peças, vedação e fixação.

17 REVESTIMENTO EM MASSA OU FUNDIDO NO LOCAL

17.01 REGULARIZAÇÃO DE BASE

17.01.020 Argamassa de regularização e/ou proteção

- 1) Será medido pelo volume de argamassa executada, nas dimensões especificadas em projeto (m³).

- 2) O item remunera o fornecimento de cimento, areia, equipamentos e a mão de obra necessária para o preparo, lançamento e regularização da argamassa.

17.02 REVESTIMENTO EM ARGAMASSA

17.02.020 Chapisco

- 1) Será medido pela área revestida com chapisco, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de cimento, areia e a mão-de-obra necessária para a execução do chapisco.

17.02.140 Emboço desempenado com espuma de poliéster

- 1) Será medido pela área revestida com emboço, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas desenvolvidas (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de cal hidratada, areia, cimento e a mão-de-obra necessária para a execução do emboço desempenado com espuma de poliéster.

24.02 PORTAS, PORTÕES E GRADIS

24.02.480 Portinhola de abrir em chapa, para 'passa pacote', completa, sob medida

- 1) Será medido por área de portinhola instalada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de portinhola de abrir, em chapa de aço, sob medida, com ou sem visor, constituída por: estrutura interna em perfis, tipo U, de 1 x 1 1/4, em chapa dobrada de aço SAE 1010 / 1020, dispostos horizontalmente e no requadro da peça; chapa em aço SAE 1010 / 1020, nº 10 (MSG), para revestimento da porta, em ambos os lados; batente em chapa dobrada de aço SAE 1010 / 1020, nº 14 (MSG); dobradiças reforçadas tipo gonzo, diâmetro de 1 1/2 e comprimento total de 4, em aço SAE 1010 / 1020; ferrolhos em barras redondas de 5/8, em aço SAE 1010 / 1020; grapas, para fixação do conjunto; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e fixação da porta, em paredes de alvenaria estrutural aparente, ou concreto, ou alvenaria revestida com massa, etc. Não remunera arremates de acabamento, adequações civis, fornecimento e instalação de vidro para o visor.

32 IMPERMEABILIZAÇÃO, PROTEÇÃO E JUNTA

32.15 IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL COM MANTA

32.15.030 Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm

- 1) Será medido por área de superfície impermeabilizada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de impermeabilização flexível com manta asfáltica pré-fabricada, compreendendo:
 - a) Manta asfáltica pré-fabricada modificada com polímeros, com as características técnicas impressas na manta, conforme NBR 9952, tipo III-B, espessura mínima de 3 mm, armadura interna com filme de poliéster (não tecido de poliéster), destinada a absorver esforços conferindo resistência mecânica à manta, resistência à tração, carga máxima nos sentidos longitudinal e transversal > 400 N, resistência ao impacto > 4,9 J, na temperatura de 0°C, resistência ao rasgo > 120 N, alongamento mínimo, carga máxima nos sentidos longitudinal e transversal > 30%, absorção de água < 1,5% (variação em massa), flexibilidade a baixa temperatura de (-)5°C, classificação tipo B; escoamento mínimo, para temperaturas > 95°C, estabilidade dimensional < 1%, flexibilidade após envelhecimento acelerado na temperatura de 5°C, classificação tipo B, estanqueidade > 15 m.c.a.

- Acabamento em polietileno em ambas as faces ou uma das faces em areia e outra em polietileno; referência comercial Torodin Tipo III-B da Viapol, Premium Poliéster Tipo III-B da Viapol ou equivalente, desde que atenda às exigências mínimas da NBR 9952 e às características técnicas acima descritas.
 - b) Solução asfáltica composta por asfalto modificado e solventes orgânicos, para a imprimação da superfície onde será aplicada a manta, com as características técnicas: Densidade >0,90 g/cm³, conforme NBR 5829, secagem ao toque < 2h40min; referência comercial Denvermanta Primer ou Impermanta Primer da Denver Global, Viabit da Viapol, LW 55 da Lwart, Neutrol da Otto Baumgart, Protex da Wolf Hacker ou equivalente, desde que atenda às exigências mínimas da NBR 9686 e às características técnicas acima descritas. Remunera também a limpeza da superfície, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços. Não remunera o fornecimento de materiais e a mão de obra para a execução da camada separadora e a proteção mecânica final.

32.16 IMPERMEABILIZAÇÃO FLEXÍVEL COM MEMBRANAS

32.16.070 Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados com reforço em tela poliéster

- 1) Será medido por área de impermeabilização executada (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de impermeabilização flexível à base de resina termoplástica e cimentos especiais, estruturada com tela poliéster, compreendendo:
 - a) Impermeabilizante flexível, bi-componente, à base de resina termoplástica e cimentos aditivados, com as características técnicas:
 - Bi-componente: componente A (resina) resina termoplástica com aditivos, componente B (pó cinza) à base de cimentos especiais, dotados de aditivos impermeabilizantes e plastificantes, preparados na proporção recomendada pelos fabricantes, atóxico, inodoro, que não altera a potabilidade da água, resistente a altas pressões hidrostáticas positivas; referência comercial Viaplast 5000 da Viapol ou equivalente, desde que atenda às exigências mínimas da NBR 11905 e às características técnicas acima descritas;
 - b) Argamassa polimérica, bi-componente, à base de dispersão acrílica e cimentos aditivados, com as características técnicas:
 - Bi-componente: componente A (resina) à base de polímeros acrílicos, componente B (pó cinza) à base de cimentos especiais, dotados de aditivos impermeabilizantes, plastificantes e agregados minerais preparados na proporção recomendada pelos fabricantes, atóxico, inodoro, que não altera a potabilidade da água, resistente a altas pressões hidrostáticas positivas; referência comercial Viaplast 1000 ou Viaplast TOP da Viapol ou equivalente, desde que atenda às exigências mínimas da NBR 11905 e às características técnicas acima descritas;
 - c) Reforço em tela têxtil, com as características:
 - Tela estruturante em poliéster crua, engomada ou resinada, para impermeabilização aplicada a frio, malha de 2x2mm, gramatura mínima de 31 g/m²; referência comercial tela industrial da Ernetex, Vedatex da Vedacit ou equivalente desde que atenda às características técnicas acima descritas;

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços, inclusive limpeza da superfície.

33 PINTURA

33.01 PREPARO DE BASE

33.01.040 Estucamento e lixamento de concreto deteriorado

- 1) Será medido pela área de superfície estucada (m²).

- 2) O item remunera o fornecimento de cimento branco, cimento, adesivo acrílico; referência Rheomix 104 da Basf, Nitobond AR da Anchartec (Fosroc) ou equivalente, disco de desbaste de 7, inclusive lixa apropriada para desbaste de concreto, materiais acessórios, equipamentos e a mão de obra necessária para o preparo, estucamento e lixamento do concreto deteriorado.

33.07 PINTURA EM ESTRUTURAS METÁLICAS

33.07.140 Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica

- 1) Será medido, por peso de aço nas bitolas e dimensões especificadas no projeto de estrutura metálica (kg).
- 2) O item remunera o fornecimento de equipamentos, materiais, acessórios e a mão de obra necessária para execução dos serviços de preparo da superfície e pintura em estrutura metálica, indicada para estruturas internas ou externas, com ou sem jateamento, em ambientes rurais, urbanos ou marítimos abrigados, conforme descrição abaixo e recomendações dos fabricantes:
 - a) Duas demãos de fundo alquídico modificado com resina fenólica, monocomponente, pigmentado com zarcão e destinado a proteção e preparo da superfície, espessura final de 80 micrômetros (40 cada demão);
 - b) Duas demãos de tinta esmalte alquídico modificado com resina fenólica, monocomponente, acabamento brilhante, em várias cores, com espessura total de 50 micrômetros (25 cada demão); referência comercial: Admiral Esmalte e Admiral Primer 504 da Sumaré/Sherwin-Williams ou equivalente.

33.10 PINTURA EM SUPERFÍCIE DE CONCRETO/MASSA/GESSO/PEDRAS, INCLUSIVE PREPARO

33.10.050 Tinta acrílica em massa, inclusive preparo

- 1) Será medido pela área de superfície preparada e pintada, não se descontando vãos de até 2,00 m² e não se considerando espaletas, filetes ou molduras. Os vãos acima de 2,00 m² deverão ser deduzidos na totalidade e as espaletas, filetes ou molduras desenvolvidas (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento de selador de tinta para pintura, tinta acrílica standard, diluente (água potável), acabamento fosco acetinado; referência comercial fabricação Coral, ou fabricação Basf-Suvinil, ou tinta acrílica standard Basf-Glasurit, ou Novacor ou Aquacril tinta acrílica fabricação Sherwin Williams, ou Eucatex acrílico extra standard fabricação

Eucatex ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e mão de obra necessária para a execução dos serviços de: limpeza da superfície, lixamento, remoção do pó e aplicação do selador, conforme recomendações do fabricante; aplicação da tinta acrílica em 2 ou 3 demãos, sobre superfície revestida com massa, conforme especificações do fabricante e norma NBR 11702.

33.11 PINTURA EM SUPERFÍCIE METÁLICA, INCLUSIVE PREPARO

33.11.050 Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo

- 1) Será medido por área de superfície preparada e pintada (m²):
- a) Em caixilhos vazados, grades ou gradis de ferro, pela área da peça ou projeção do conjunto, no plano vertical ou horizontal, considerada uma só vez, acrescentando-se, mais uma vez, as áreas de vedação superiores a 15% da área inicial;
 - b) Em portas de ferro onduladas e articuladas de enrolar, portas e caixilhos chapeados, grades articuladas de enrolar e portas pantográficas, pela área da peça multiplicada por 2,5 (dois e meio);
 - c) Em caixilhos com batentes ou contramarcos metálicos, com venezianas ou persianas, pela área da peça multiplicada por 5 (cinco);
 - d) Em tubulações, considerando-se os coeficientes, abaixo, multiplicados pela área da face externa da tubulação:

DIÂMETRO	COEFICIENTE	DIÂMETRO	COEFICIENTE
Até 2	2,54	de 8 a 9	1,69
De 2 a 3	2,42	de 9 a 10	1,57
De 3 a 4	2,29	de 10 a 11	1,45
De 4 a 5	2,17	de 11 a 12	1,33
De 5 a 6	2,05	de 12 a 13	1,21
De 6 a 7	1,93	de 13 a 14	1,10
De 7 a 8	1,81	acima de 14	1,00

- e) Faixas de identificação em tubulação: cada faixa deverá ser considerada como 0,50 m da tubulação correspondente, acrescida do respectivo coeficiente;
 - f) Válvulas, flanges, registros e conexões: cada unidade será considerada como um metro linear de tubulação correspondente, acrescida.
- 2) O item remunera o fornecimento de esmalte à base de água, acabamento fosco, ou semi-brilho, ou brilhante; uso geral para exteriores e interiores; referência comercial Sherwin Williams, Suvinil, Futura, Lukscolor ou equivalente; materiais acessórios e a mão de obra necessária para a execução dos serviços: de limpeza da superfície, conforme recomendações

do fabricante; aplicação do esmalte, em várias demãos (2 ou 3 demãos), fundo para metais e madeira à base de água; sobre superfícies de metais, alumínio, galvanizados, madeira e alvenaria, conforme especificações do fabricante.

39 CONDUTOR E ENFIAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA E TELEFONIA

39.04 Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2

39.04.080 Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²

- 1) Será medido por comprimento de cabo instalado (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de cordoalha de cobre recozido, confeccionada em malha de fios de cobre eletrolítico nu, têmpera mole isenta de falhas, emendas, oxidações, sujeiras, encordoamento classe 2 na bitola especificada; remunera também materiais e a mão-de-obra necessária para a enfição e instalação do cabo.

42 PARA-RAIOS PARA EDIFICAÇÃO

42.01 Complementos para para-raio

42.01.040 Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado

- 1) Será medido por unidade de captor instalado (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de captor, tipo Franklin, tipo 4 pontas, altura média de 300 mm, conforme o fabricante, com duas descidas, em latão trefilado com acabamento cromado; referência comercial PRT-102 da Paratec, PK-0004 da Paraklin, TEL 022 da Termotécnica ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do captor.

42.01.090 Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre

- 1) Será medido por unidade de captor instalado (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de captor tipo terminal aéreo, altura de 300 mm e diâmetro de 1/4", em barra de cobre circular maciço; referência comercial TAG 300 da Gelcam, ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do captor em suporte especial (base plana, ou ondulada) fixado na superfície onde será instalado o captor.

Não remunera o fornecimento e instalação do suporte.

42.03 Isolador galvanizado para mastro

42.03.080 Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2', reforçado com 2 descidas

- 1) Será medido por unidade de isolador instalado (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de isolador galvanizado a fogo, para mastro com diâmetro de 2, reforçado, com duas descidas; referência comercial PK 0450 da Paraklin, Tel 390 da Termotécnica ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do isolador.

42.04 Componentes de sustentação para mastro galvanizado

42.04.020 Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2'

- 1) Será medido por unidade de braçadeira instalada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de braçadeira galvanizada a fogo, para mastro com diâmetro de 2, de contraventagem (três estais); referência comercial PK 0602 da Paraklin ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da braçadeira.

42.04.040 Apoio para mastro de diâmetro 2'

- 1) Será medido por unidade de apoio instalado (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de apoio galvanizado a fogo, para mastro com diâmetro de 2; referência comercial PK 0492 da Paraklin, TEL 091 da Termotécnica ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do apoio.

42.04.060 Base para mastro de diâmetro 2'

- 1) Será medido por unidade de base instalada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de base galvanizada a fogo, para mastro com diâmetro de 2; referência comercial PK 0505 da Paraklin ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da base.

42.04.120 Mastro simples galvanizado de diâmetro 2'

- 1) Será medido por comprimento de mastro instalado (m).

- 2) O item remunera o fornecimento de mastro simples, galvanizado a fogo, com diâmetro de 2 e altura variável de 3 m até 5 m; referência comercial PK 703 da Paraklin ou equivalente.

Remunera também luvas, reduções, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do mastro.

42.05 Componentes para cabo de descida

42.05.020 Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"

- 1) Será medido por unidade de braçadeira instalada (un).

1) O item remunera o fornecimento de braçadeira, para fixação de aparelho sinalizador, para mastro com diâmetro de 2; referência comercial PK 0860 da Paraklin, Tel 611 da Termotécnica ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra para a instalação da braçadeira.

42.05.050 Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica

- 1) Será medido por unidade de aparelho sinalizador de obstáculo simples com célula fotoelétrica

instalado (un).

2) O item remunera o fornecimento de aparelho sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica, cúpula de policarbonato em várias cores para uma lâmpada de até 60 W e base de polipropileno; referência comercial PK 0106 da Paraklin ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra para a instalação do aparelho por meio de encaixe ou rosqueado em eletroduto ou condutele. Não remunera o fornecimento da lâmpada, do eletroduto, ou condutele.

42.05.100 Caixa de inspeção suspensa

- 1) Será medido por unidade de caixa instalada (un).

2) O item remunera o fornecimento de caixa suspensa, para inspeção do terra, em polipropileno natural ou PVC; referência comercial PK 0161 da Paraklin, PRT 960 da Paratec ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra para a instalação da caixa de inspeção.

42.05.210 Haste de aterramento de 5/8" x 3 m

- 1) Será medido por unidade de haste de aterramento instalada (un).

- 2) O unitário remunera o fornecimento de haste para aterramento em aço SAE 1010 / 1020, trefilado e revestido de cobre eletrolítico por eletrodeposição com camada de 254 microns, de 5/8 x 3 m; referência comercial: PK 0066 da Paraklin, TEL 5830 da Termotécnica ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da haste

42.05.220 Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"

- 1) Será medido por unidade de mastro para sinalizador instalado (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4", em aço galvanizado a fogo; referência comercial: PK 0866 da Paraklin ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação do mastro.

42.05.250 Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação

- 1) Será medido por comprimento de barra condutora instalada (m).
- 2) O item remunera o fornecimento de barra condutora chata em alumínio, com seção de 3/4 x 1/4; referência comercial TEL-770 da Termotécnica ou equivalente. Remunera também o fornecimento de parafusos e buchas de náilon para a fixação, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da barra condutora.

42.05.300 Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado

- 1) Será medido por unidade de tampa instalada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento e instalação de tampa de caixa para inspeção do terra, em aço galvanizado a fogo, com diâmetro de 300 mm; referência comercial: PK 0878 da Paraklin, PRT 967 da Paratec ou equivalente. Remunera também materiais acessórios e a mão de obra para a instalação da tampa.

42.05.310 Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm

- 1) Será medido por unidade de caixa instalada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de caixa para inspeção do terra, cilíndrica, em PVC rígido, diâmetro de 300 mm e altura de 250 mm; referência comercial PK-0881 da Paraklin ou equivalente.

Remunera também materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação da caixa.

42.20 Reparos, conservações e complementos - GRUPO 42

42.20.160 Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²

- 1) Será medido por unidade de solda executada (un).
- 2) O item remunera o fornecimento de kit solda composto por cartucho, palito ignitor e disco de retenção, alicate e molde de grafite para solda exotérmica com conexão cabo-cabo horizontal em T e bitola do cabo de 50-50 mm², 70-50 mm², 70-70 mm², 95-50 mm², 95-70 mm² ou 95- 95 mm²; referência comercial: Molde UTA da Unisolda, CDH da Exosolda, PTA da Paraklin ou equivalente.

Remunera também equipamento de segurança, materiais de limpeza e a mão de obra necessária para a execução da solda.

55 LIMPEZA E ARREIMATE

55.01 Limpeza de obra

55.01.020 Limpeza final da obra

- 1) Será medido pela área, na projeção horizontal, de obra limpa (m²).
- 2) O item remunera o fornecimento do material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral de pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varreção, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando a obra pronta para a utilização.

Anexo X - Anexo I Memorial Descritivo.pdf

Anexo IX - 9 - Memorial Descritivo - Parte 1.pdf

MEMORIAL DESCRITIVO
COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP

**OBRAS E SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA
DA EDIFICAÇÃO DO DENG/GSPOFP/DCEP DA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**



MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



INTRODUÇÃO

O objetivo do presente memorial é fornecer subsídios mínimos para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DCEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, edificação esta que faz parte das diversas edificações que compõem a Sede. O escopo dos serviços inclui serviços de parte civil relacionados a estrutura metálica da cobertura e telhamento, assim como serviços de instalações elétricas relacionados a instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

Também inclui o fornecimento de projetos executivos das alterações a serem executadas, e ao final o fornecimento do "AS BUILT" (Como construído).

GENERALIDADES

Todas as dúvidas ou eventuais omissões dos projetos deverão ser esclarecidas com a fiscalização, o que, no entanto, não acarretará nenhum ônus adicional, uma vez que será colocada à disposição da empresa contratada toda a facilidade necessária à compreensão do projeto para a execução dos serviços, durante a fase de orçamento.

Em caso de dúvida sobre algum detalhe do projeto durante a reforma e reparo, a fiscalização deverá ser consultada sobre a solução a ser adotada, reservando-se o direito de aprovar a sugestão da Contratada ou determinar outra solução.

ALTERAÇÕES DE PROJETO

O projeto poderá ser modificado, reduzido ou acrescido em qualquer tempo a critério exclusivo da fiscalização. As alterações e/ou acréscimo de serviços resultantes de interferências, verificados na montagem, deverão ser solucionadas em conjunto com a fiscalização, que deverá aprovar os mesmos.

Além disso, na execução dos projetos, deverá ainda ser observado as restrições impostas pelo tombamento do "Antigo Complexo do Carandiru" por meio da RESOLUÇÃO Nº38/CONPRESP/2018, a qual apresenta as diretrizes especiais para intervenções nos prédios dentro da área envoltória do tombamento, em especial as edificações do Prédio Principal da Administração (Antiga Escola de Agentes), sobrado

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



onde esta localizado a Consultoria Jurídica da Pasta e Residência 2 onde esta localizado parte do DRHU (Departamento de Recursos Humanos), sendo o tombamento sobre tais edificações Parcial, ou seja, devem ser preservadas as características arquitetônicas externas originais, circulação vertical e acabamentos especiais característicos do momento da construção dessas edificações. Em caso de necessidade de adequações e reparos, como a do telhamento e cobertura, deverá se respeitar as características da volumetria, respeitando-se os desenhos da cobertura, devendo o material a ser substituído como os das telhas similar ao original da construção.

Para as demais edificações, como é o caso da presente edificação do DENG/GSPOFP/DCEP por não haver restrições relacionadas ao tombamento, o único cuidado será em não haver acréscimo na altura do gabarito da edificação para não alterar o skyline em relação as demais edificações, em especial as tombadas de modo a não prejudicar a visualização das mesmas.

DESENHOS

Deverá ser anotada durante a execução dos serviços toda a alteração introduzida no projeto e sucessivamente entregar à fiscalização as cópias dos desenhos completos, revisados com anotações “conforme construído” e assinados pelo engenheiro responsável. No final da obra a instaladora deverá entregar todos os originais corrigidos à fiscalização. Desta forma considera-se o projeto rigorosamente atualizado durante e após a fase de execução.

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações e desenhos. Qualquer omissão ou alteração sem prévia autorização da fiscalização poderá acarretar na não aceitação dos serviços por parte da mesma, correndo por conta da empreiteira as despesas de demolição ou desmontagem e reconstrução dos mesmos.

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



MATERIAIS E COMPONENTES

Todos os materiais e equipamentos serão de fornecimento da construtora, de acordo com as especificações e indicações do projeto e do critério de medição, exceto aqueles de fornecimento da contratante claramente declarado neste memorial ou em contrato. Os materiais e equipamentos ficarão estocados sob responsabilidade da Contratada, bem como o transporte e manuseio no canteiro da obra, garantindo sua total integridade até a entrega e recebimento final das instalações pela fiscalização. Quaisquer dúvidas surgidas sobre especificação, utilização ou aceitação de algum material, por parte da Contratada, ficam sujeitas e condicionadas a prévia autorização da fiscalização.

Os materiais de consumo e de uso geral serão de fornecimento da Contratada quer constem ou não nos desenhos ou memorial referente a cada um dos serviços, bem como os materiais para complementação das tubulações, tais como: suportes, braçadeiras, chumbadores, parafusos, porcas, arruelas, materiais de vedação, etc.

FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE MONTAGEM

A Contratada deverá fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços. Todas as ferramentas deverão ser de boa qualidade e devem atender às exigências dos serviços, bem como serem em quantidades adequadas.

A manutenção e reposição de peças, partes de consumo dos equipamentos, instrumentos de verificação e testes, serão fornecidos e de única e exclusiva responsabilidade da empreiteira.

NORMAS APLICÁVEIS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANSI – American National Standards Institute

ASTM – American Society for Testing and Materials

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



Outras normas reconhecidas internacionalmente que deverão ser citadas em cada assunto específico.

Lista de Normas Aplicáveis:

NBR 13281/2005 – Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos - Requisitos, da ABNT (Associação Brasileira de Normas).

NBR-8681:2003 – Ações e segurança nas estruturas – Procedimento

NBR 9050:2015 – Acessibilidade e edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

NBR 5419-1 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 1 – Princípios Gerais

NBR 5419-2 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 2 – Gerenciamento de Risco

NBR 5419-3 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 3 – Danos físicos e eletrônicos e perigos à vida

NBR 5419-4 – Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 4 – Sistemas Elétricos e eletrônicos internos na estrutura

NBR 14432/2001 – Resistência ao fogo em edificações

NBR 6123/2023 – Forças devidas ao vento em edificações

NBR 5884/2013 – Perfil estrutural laminados de aço para uso estrutural

NBR 6120/2018 – Cargas para o cálculo de estruturas e edificações

NBR 8800/2008 – Projeto de estruturas de aço e mistas de aço e concreto

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



DESCRIÇÃO DO PROJETO

A Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, localiza-se na Avenida General Ataliba Leonel – nº 556 – Santana no município de São Paulo/SP, compreendendo as seguintes edificações nesta reforma:

- Prédio Térreo DENG/GSPFOP/DCEP, área construída 958,45m²;

Portanto, esta prevista a execução da cobertura da edificação do DENG/GSPOFP/DCEP em estrutura metálica, em conjunto com a instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA), assim como reparos e conclusão da impermeabilização da laje que havia sido iniciado em contratação anterior e não havia sido concluída.

DAS OBRAS E REFORMA DA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

COBERTURA DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA

ESTRUTURA EM AÇO ASTM-A36

- Estrutura metálica de apoio da cobertura, conforme indicado no projeto de Arquitetura
- Deverá empregar perfis, chapas e acessórios em aço, abrangendo:
 - a) Perfis laminados planos (chapas grossas) e não planos em aço ASTM A-36;
 - b) Chapas finas e perfis dobrados em aço ASTM A-283;
 - c) Parafusos para conexões secundárias em aço ASTM A-307;
 - d) Barras redondas em geral em aço SAE 1010 / 1020;
 - e) Beneficiamento e pré-montagem de partes da estrutura em fábrica.

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



- A estrutura de sustentação da cobertura receberá em todos os seus componentes acabamento em pintura com tinta esmalte alquídica modificada com resina fenólica.
- A superfície das peças deverá ser preparada por meio de jato de abrasivo conforme Norma SSPC-SP 10, padrão visual Sa 2 1/2, da Norma SIS 05 59 00-67.
- Aplicação em duas demãos, com espessura final de 80 micrômetros (40 cada demão), de tinta de fundo alquídica modificada com resina fenólica, monocomponente, pigmentada com zarcão destinada à proteção e preparo de superfície, conforme recomendações do fabricante.
- Protótipo comercial: Primer Admiral Primer 504, fabricação da Sumaré / Sherwin-Williams, ou outro desde que com as mesmas características.
- Aplicação em duas demãos, de tinta esmalte alquídica modificada com resina fenólica, monocomponente, acabamento brilhante, cor a ser definida pela Contratante e / ou Gerenciadora, com espessura total de 50 micrômetros (25 cada demão), indicada para estruturas externas, conforme recomendações do fabricante.
- Protótipo comercial: Tinta Esmalte Admiral Esmalte, fabricação da Sumaré / Sherwin-Williams, ou outro desde que com as mesmas características.

TELHAS COM TELHAS EM CIMENTO (CRFS)

- As telhas serão de chapa em fibrocimento, sem amianto (anfíbio e crisotila), com cimento reforçado com fio sintético (CRFS), em perfil trapezoidal de 44 cm nos comprimentos necessários conforme o local de instalação.

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



- As características gerais e as características específicas das telhas e dos acessórios deverão atender às exigências e requisitos mínimos previstos na norma ABNT NBR 15210 / 2005.
- As telhas deverão ser fornecidas contendo marcação legível e indelével, permitindo identificar:
 - Fabricante;
 - Data de fabricação;
 - Espessura;
 - Classe segundo a altura da onda;
 - Conformidade a norma NBR 15210 / 2005;
 - Informações facultativas, tais como: não contém amianto e consultar manual do fabricante.
- Todas as peças completares, necessárias à confecção da cobertura, tais como cumeeiras, rufos, terminais para beirais, espigões, etc. deverão ser em cimento reforçado com fio sintético (CRFS), nas dimensões e espessuras compatíveis com a função, local de instalação e a telha empregada.
- Todos os acessórios necessários à instalação e fixação das telhas deverão ser fornecidos com características geométricas e tolerâncias apropriadas à utilização e deverão conter marcação que possibilite a identificação do fabricante e a data de fabricação.
- Protótipo comercial: Telha Ondulada de 8 mm, fabricação da Brasilit, ou outro desde que atenda às características técnicas acima descritas e às normas vigentes.

Por fim, a descrição dos serviços de instalação do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas (SPDA) seguem no outro caderno de Memorial Descritivo.

MEMORIAL DESCRITIVO

COBERTURA DENG/GSPOFP/DCEP



Anexo XI - Anexo I Memorial Descritivo Continuacao. pdf

Anexo X - 9 - Memorial Descritivo - Parte 2.pdf

MEMORIAL DESCRITIVO

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE DA SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

SPDA – SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA DESCARGAS ATMOSFÉRICAS



Assinaturas.	17/06/2024	pág. 1
--------------	------------	--------

Sumário

1 - <u>INTRODUÇÃO</u>	3
2 - <u>GENERALIDADES</u>	3
2.1 - <u>ALTERAÇÕES DE PROJETO</u>	3
2.2 - <u>DESENHOS</u>	3
2.3 - <u>EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS</u>	4
2.4 - <u>MATERIAIS E COMPONENTES</u>	4
2.5 - <u>FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE MONTAGEM</u>	4
2.6 - <u>NORMAS APLICÁVEIS</u>	5
3 - <u>DESCRIÇÃO DO PROJETO</u>	6
4 - <u>PRÉDIO DO DENG/GSPFOP/DCEP</u>	6
5 - <u>DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS</u>	7
6 - <u>LIMPEZA FINAL DA OBRA</u>	7
7 - <u>PLANTA DO TELHADO (COM INDICAÇÃO E SENTIDOS DAS ÁGUAS)</u>	8

1 - INTRODUÇÃO

O objetivo do presente memorial é fornecer subsídios mínimos para a Reforma do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas da Sede da Secretária da Administração Penitenciária.

Também inclui o fornecimento de projetos executivos dos serviços a serem executados, e ao final o fornecimento do "AS BUILT" (Como construído).

2 - GENERALIDADES

Todas as dúvidas ou eventuais omissões dos projetos deverão ser esclarecidas com a fiscalização, o que, no entanto, não acarretará nenhum ônus adicional, uma vez que será colocada à disposição da empresa contratada toda a facilidade necessária à compreensão do projeto para a execução dos serviços, durante a fase de orçamento.

Em caso de dúvida sobre algum detalhe do projeto durante a reforma e reparo, a fiscalização deverá ser consultada sobre a solução a ser adotada, reservando-se o direito de aprovar a sugestão da Contratada ou determinar outra solução.

2.1 - ALTERAÇÕES DE PROJETO

O projeto poderá ser modificado, reduzido ou acrescido em qualquer tempo a critério exclusivo da fiscalização. As alterações e/ou acréscimo de serviços resultantes de interferências, verificados na montagem, deverão ser solucionadas em conjunto com a fiscalização, que deverá aprovar os mesmos.

2.2 DESENHOS

Deverá ser anotada durante a execução dos serviços toda a alteração introduzida no projeto e sucessivamente entregar à fiscalização as cópias dos desenhos completos, revisados com anotações "conforme construído" e assinados pelo engenheiro responsável. No final da obra a instaladora deverá entregar todos os originais corrigidos à fiscalização. Desta forma considera-se o projeto rigorosamente atualizado durante e após a fase de execução.

Assinaturas.	17/06/2024	pág. 3
--------------	------------	--------

2.3 - EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo com as especificações e desenhos. Qualquer omissão ou alteração sem prévia autorização da fiscalização poderá acarretar na não aceitação dos serviços por parte da mesma, correndo por conta da empreiteira as despesas de demolição ou desmontagem e reconstrução dos mesmos.

2.4- MATERIAIS E COMPONENTES

Todos os materiais e equipamentos serão de fornecimento da construtora, de acordo com as especificações e indicações do projeto e do critério de medição, exceto aqueles de fornecimento da contratante claramente declarado neste memorial ou em contrato. Os materiais e equipamentos ficarão estocados sob responsabilidade da Contratada, bem como o transporte e manuseio no canteiro da obra, garantindo sua total integridade até a entrega e recebimento final das instalações pela fiscalização. Quaisquer dúvidas surgidas sobre especificação, utilização ou aceitação de algum material, por parte da Contratada, ficam sujeitas e condicionadas a prévia autorização da fiscalização.

Os materiais de consumo e de uso geral serão de fornecimento da Contratada quer constem ou não nos desenhos ou memorial referente a cada um dos serviços, bem como os materiais para complementação das tubulações, tais como: suportes, braçadeiras, chumbadores, parafusos, porcas, arruelas, materiais de vedação, etc.

2.5 - FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE MONTAGEM

A Contratada deverá fornecer todas as ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços. Todas as ferramentas deverão ser de boa qualidade e devem atender às exigências dos serviços, bem como serem em quantidades adequadas.

A manutenção e reposição de peças, partes de consumo dos equipamentos, instrumentos de verificação e testes, serão fornecidos e de única e exclusiva responsabilidade da empreiteira.

Assinaturas.	17/06/2024	pág. 4
--------------	------------	--------

2.6 - NORMAS APLICÁVEIS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ANSI – American National Standards Institute

ASTM – American Society for Testing and Materials

Outras normas reconhecidas internacionalmente que deverão ser citadas em cada assunto específico.

Lista de Normas Aplicáveis:

ABNT NBR 5419-1 - Proteção contra descargas atmosféricas
Parte 1: Princípios gerais

ABNT NBR 5419-2 - Proteção contra descargas atmosféricas
Parte 2: Gerenciamento de risco

ABNT NBR 5419-3 - Proteção contra descargas atmosféricas
Parte 3: Danos físicos a estruturas e perigos à vida

ABNT NBR 5419-4 - Proteção contra descargas atmosféricas
Parte 4: Sistemas elétricos e eletrônicos internos na estrutura

Assinaturas.	17/06/2024	pág. 5
--------------	------------	--------

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

A Sede da Secretaria da Administração Penitenciária, localiza-se na Avenida General Ataliba Leonel – nº 556 – Santana no município de São Paulo/SP, sendo nesta reforma:

- Prédio Térreo DENG/GSPFOP/DCEP, área construída 958,45m²;
- Trata-se de um prédio de escritório, portanto o nível de proteção do SPDA será do **Nível III**.
- O Método de proteção utilizado será o MÉTODO FARADAY (Também conhecido pela utilização dos condutores em **Malha ou Gaiola**).
- Captore em malha consistem em uma rede de condutores dispostos no plano horizontal ou inclinado no volume a proteger. As gaiolas de Faraday são formadas por uma rede de condutores envolvendo todos os lados do volume a proteger.
- Quanto menor forem as distâncias dos condutores das malhas, maior será o nível de proteção.
- O Método Faraday pode ser recomendado para edifícios com grandes áreas, especialmente os de altura não elevada, onde a proteção Franklin implicará em problemas estéticos.
- No nosso caso, como o nível de proteção do prédio é o Nível III, teremos que o afastamento dos condutores da malha será de 15x15m.
- Estamos considerando a instalação de 6 (seis) Para-raios Franklin nos pontos mais altos do prédio, prevendo a instalação de Antenas que ficassem fora da proteção do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA).

EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

4 - PRÉDIO DO DENG/GSPFOP/DCEP

- Os serviços no prédio do DENG/GSPFOP/DCEP concentram-se no reparo e execução de SPDA (Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas).

Assinaturas.	17/06/2024	pág. 6
--------------	------------	--------

5 - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- Os serviços de instalação do SPDA serão realizados após o término da reforma do telhado.
- Para o perímetro do prédio (40x30m), ou seja, 130m, foi considerado um SPDA de Nível de Proteção III, deveremos ter no mínimo 8 descidas.
- Os valores típicos de distâncias entre os condutores de descida e entre os anéis condutores de acordo com a classe de SPDA. (Tabela 4 da ABNT NBR5419-3:2015)

CLASSE DO SPDA	DISTÂNCIAS (m)
I	10
II	10
III	15
IV	20
Nota: É aceitável que o espaçamento dos condutores de descidas tenha no máximo 20% além dos valores acima	

- A malha mais importante a ser instalada é a que percorre toda a periferia do teto, e a periferia da casa de máquinas e da caixa d'água, formando um anel.
- As paredes laterais do prédio deverão ser protegidas por malhas formadas pela interligação dos condutores das descidas.

6 - LIMPEZA FINAL DA OBRA

A obra deverá ser entregue em perfeito estado de limpeza e conservação, apresentando funcionamento ideal, para todas as instalações, equipamentos e aparelhos pertinentes à mesma.

Assinaturas.	17/06/2024	pág. 7
--------------	------------	--------

Todos os respingos de tintas, argamassas, óleos, graxas e sujeiras deverão ser removidas, raspados e limpos.

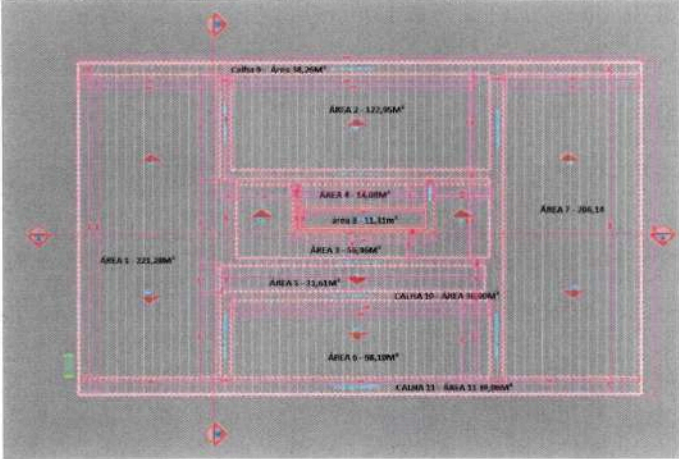
Anexo XII - Anexo I Memoria de Calculo Parte 1.pdf

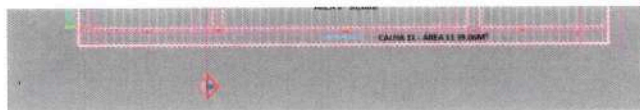
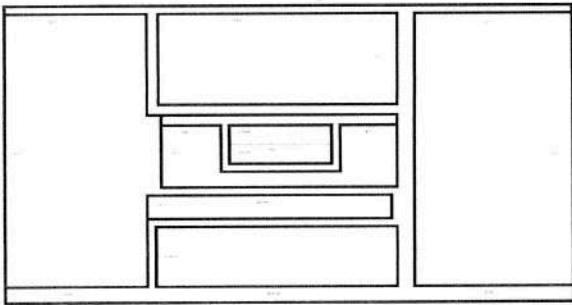
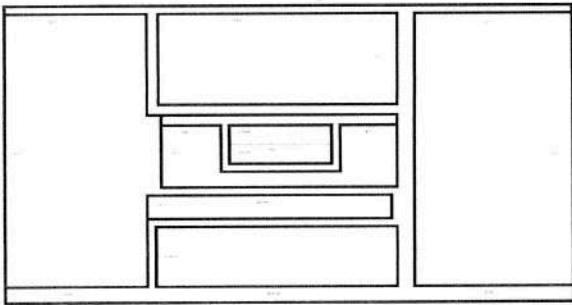
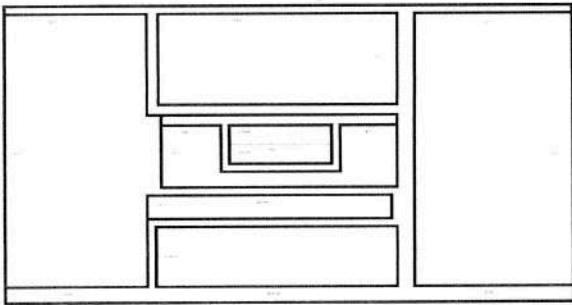
Anexo XI - 10 - Memorias de Calculo - Parte 1.pdf

OBRA			MEMÓRIA DE CÁLCULO		
Obras e serviços de reforma da Sede da Secretaria da Administração Penitenciária					
1	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.1	ANDAIMES				
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO		VALOR (R\$)	UN	QUANTID
1.1.1	02.05.212	Andaime tubular fachadeiro com piso metálico e sapatas ajustáveis		M2MES	10,00
2,00 x 5,00 = 10,00					
1.1.2	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular fachadeiro com altura		M2	50,00
2,00 x 5,00 x 5,00 = 50,00					
1.2	PROJETOS				
1.2.1	01.17.051	Projeto executivo de estrutura em formato A1		UN	1,00
1 unidade					
1.2.2	01.17.031	Projeto executivo de arquitetura em formato A1		UN	1,00
1 unidade					
1.2.3	01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0		UN	1,00
1 unidade					
1.2.5	01.17.111	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A1		UN	1,00
1 unidade					
1.2.6	01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0		UN	1,00
1 unidade					
1.2.7	01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0		UN	1,00
1 unidade					
1.3	REMOÇÃO DE ENTULHO				
1.1.3.1	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso		M3	13,78
10,60 x 1,30 = 13,78					

7.1.2	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de de	653,05	M3	10,60
$98,00 \times 0,10 = 9,80$ $8,00 \times 0,10 = 0,80$					
1.4	CANTEIRO				
1.4.2	02.02.130	Locação de container tipo escritório com 1 vaso sanitário, 1 lavatório e		UNMES	2,00
1.4.3	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios,		UNMES	2,00
1 unidade por 2 meses					
1.4.4	02.02.150	Locação de container tipo depósito - área mínima de 13,80 m²		UNMES	2,00
1 unidade por 2 meses					
1.4.5	02.08.020	Placa de identificação para obra		M2	6,00
4 metros x 1,5 metro					
1.5	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA				
1.5.1	02.60.010	Administração Local		gl	1,00
7	DENG / GSPOFP / DSEP				
7.1	RESERVATORIO SUPERIOR				
7.1.1	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	1.464,12	M2	98,00
$2,00 \times 2,00 \times 2,00 = 8,00$ $2,00 \times 9,00 \times 2,00 = 36,00$ $2,00 \times 9,00 \times 3,00 = 54,00$					
7.1.3	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	3.739,46	M3	1,35
1,50 x 9,00 x 0,10 = 1,35					
7.1.4	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	108,20	M3	1,35
1,50 x 9,00 x 0,10 = 1,35					

7.1.5	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura 2,00 mm	2.881,90	M2	36,00
$2,00 \times 9,00 \times 2,00 = 36,00$					
7.1.6	32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimento	4.328,10	M2	98,00
$2,00 \times 2,00 \times 2,00 = 8,00$ $2,00 \times 9,00 \times 2,00 = 36,00$ $2,00 \times 9,00 \times 3,00 = 54,00$					
7.1.7	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	26.241,60	M3	9,80
$2,00 \times 2,00 \times 2,00 \times 0,10 = 0,80$ $2,00 \times 9,00 \times 2,00 \times 0,10 = 3,60$ $2,00 \times 9,00 \times 3,00 \times 0,10 = 5,40$					
7.1.8	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	400,60	M2	18,00
$2,00 \times 9,00 \times 1,00 = 18,00$					
7.1.9	24.02.480	Portinhola de abrir em chapa, para 'passa pacote', completa, sob medida	482,05	M2	0,40
$1,00 \times 0,40 \times 1,00 = 0,40$					
7.1.10	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	3.444,48	M	18,00
$2,00 \times 9,00 \times 1,00 = 18,00$					
7.1.11	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	1.430,08	M2	0,80
$1,00 \times 0,40 \times 2,00 = 0,80$					
7.1.12	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	1.467,36	M2	209,00
$4,00 \times 2,00 \times 2,00 = 16,00$ $17,00 \times 2,00 \times 4,00 = 136,00$ $6,00 \times 2,00 \times 2,00 = 24,00$ $1,50 \times 2,00 \times 2,00 = 6,00$ $1,50 \times 9,00 \times 2,00 = 27,00$					

7.2	COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS)				
7.2.3	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	0,00	M2	8,00
2,00 x 2,00 x 20,00 x 0,10 = 8,00					
7.2.6	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	5.609,19	M3	8,00
2,00 x 2,00 x 20,00 x 0,10 = 8,00					
7.2.7	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	162,30	M3	8,00
2,00 x 2,00 x 20,00 x 0,10 = 8,00					
7.2.8	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	1.362,04	M2	80,00
2,00 x 2,00 x 20,00 = 80,00					
7.2.9	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura	44.463,60	M2	80,00
2,00 x 2,00 x 20,00 = 80,00					
7.2.10	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	14.995,20	M3	8,00
2,00 x 2,00 x 20,00 x 0,10 = 8,00					
7.2.15	16.03.030	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapez	104.094,90	M2	875,75
Area					
1	221,28				
2	122,95				
3	56,96				
4	14,08				
5	31,61				
6	98,10				
7	206,14				
8	11,31				
9	38,26				
10	36,00				
11	39,06				
7.2.16	16.03.320	Cumeeira normal em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil tr	2.072,16	M	30,00
Calha					

10	36,00																												
11	39,06																												
875,75																													
3,80		kg/m²																											
7.2.29	33.07.140	Pintura epóxi bicomponente em estruturas metálicas	0,00	KG	3.328,00																								
<div><div>Area</div><div><div>1</div><div>221,28</div></div><div><div>2</div><div>122,95</div></div><div><div>3</div><div>56,96</div></div><div><div>4</div><div>14,08</div></div><div><div>5</div><div>31,61</div></div><div><div>6</div><div>98,10</div></div><div><div>7</div><div>206,14</div></div><div><div>8</div><div>11,31</div></div><div><div>9</div><div>38,26</div></div><div><div>10</div><div>36,00</div></div><div><div>11</div><div>39,06</div></div><div>875,75</div></div> <tr><td colspan="2">3,80</td><td>kg/m²</td><td colspan="3"></td></tr> <tr><td>7.2.30</td><td>04.02.030</td><td>Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²</td><td>0,00</td><td>M</td><td>300,00</td></tr> <tr><td colspan="6"><div><div><div>10,00 x 10,00 = 100,00</div><div>20,00 x 4,00 = 80,00</div><div>20,00 x 6,00 = 120,00</div></div><div></div></div></td></tr> <tr><td colspan="5"></td><td>9.430,83</td></tr>						3,80		kg/m²				7.2.30	04.02.030	Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²	0,00	M	300,00	<div><div><div>10,00 x 10,00 = 100,00</div><div>20,00 x 4,00 = 80,00</div><div>20,00 x 6,00 = 120,00</div></div><div></div></div>											9.430,83
3,80		kg/m²																											
7.2.30	04.02.030	Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²	0,00	M	300,00																								
<div><div><div>10,00 x 10,00 = 100,00</div><div>20,00 x 4,00 = 80,00</div><div>20,00 x 6,00 = 120,00</div></div><div></div></div>																													
					9.430,83																								

Anexo XIII - Anexo I Memoria de Calculo Parte 2.pdf

Anexo XII - 10 - Memorias de Calculo - Parte 2.pdf

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.1	4201040	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado	UN	6,00	-	-

Obs. Colocados no pontos mais altos

TOTAL				6,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA		DATA			
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.2	4201090	Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00	-	-

OBS. Divididas entre as barras de alumínio da malha

TOTAL	50,00	UN
-------	-------	----

OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA					Folha:	
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.3	4204020	Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	-	-

Obs.: Para cada mastro de Pára-raios

TOTAL				6,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.4	4204040	Apoio para mastro de diâmetro 2'	UN	6,00	-	-

TOTAL				6,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.5	4204060	Base para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	-	-

Obs. Base para cada mastro de Pára-raios

TOTAL 6,00 UN

OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.6	4204120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00	-	-

Obs. Mastro para instalação dos 6 pára-raios Franklin

TOTAL				6,00	M
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.7	4205050	Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica	UN	1,00	-	-

Obs. Colocado no ponto central mais alto do prédio da Engenharia

TOTAL				1,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA							
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024							
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04							
MEMÓRIA DE CÁLCULO							
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA							Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.							
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária					
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas					
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES			
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO	
2.3,8	4205220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00	-	-	

Obs. Mastro para instalar o sinalizador de obstáculo.

TOTAL				1,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.9	4205020	Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00	-	-

Obs. Braçadeira para fixação do sinalizador de obstáculo.

TOTAL				1,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA					
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024					
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04					
MEMÓRIA DE CÁLCULO					
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA					Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.					
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária			
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas			
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES	
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO
				VALOR TOTAL DO SERVIÇO	
2.3.10	4205250	Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00	-
					-

Trata-se de SPDA Nível III, que será instalado no Método das Malhas em toda cobertura com distância de 15m entre as mesmas.

TOTAL				600,00 M	
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.11	4205300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00	-	-

Obs. Tampa para as 8 caixas de inspeção do Aterramento.

TOTAL 8,00 UN

OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.12	4205310	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm	UN	8,00	-	-

Obs. Caixas de inspeção para o aterramento

TOTAL				0,00 UN	
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.13	4205210	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00	-	-

Obs. Haste para as 8 descidas

-
-
-
-

TOTAL

8,00 UN

OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.14	3904080	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00	-	-

Obs. Para instalar aterramento em volta no perímetro externo do Prédio da engenharia

TOTAL		150,00 M	
OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA					Folha:	
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.15	4220160	Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²	UN	16,00	-	-

Obs. Solda Exotérmica para solda da cordoalha nas 8 Hastes de aterramento

TOTAL				0,00	UN
OBSERVAÇÃO:					
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO		
DATA			DATA		
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia		

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA							
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024							
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04							
MEMÓRIA DE CÁLCULO							
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA							Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.							
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária					
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas					
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES			
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO	
2.3.16	4205100	Caixa de inspeção suspensa	UN	8,00	-	-	

Obs. Caixa para emenda e desligamento do SPDA, para testes do aterramento do Sistema.

TOTAL		8,00	UN
OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.17	602020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5 m	M3	16,00	-	-

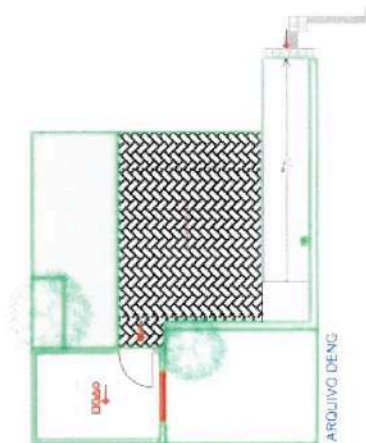
Obs. Vala para colocação da malha de terra enterrada

TOTAL		16,00	M3
OBSERVAÇÃO:			
AUTOR DO PROJETO BÁSICO		APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO	
DATA		DATA	
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana		Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						
TERMO DE REFERÊNCIA: 380101-61/2024						
Processo SAP: SEI 006.00212848/2024-04						
MEMÓRIA DE CÁLCULO						
OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GESPOF / DSEP NA SEDE I DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA						Folha:
ENDEREÇO: AV. ATALIBA LEONEL, Nº556 - SÃO PAULO - SP.						
TÍTULO:		Execução de serviços de Reforma da Cobertura da Edificação do DENG/ GESPOF / DSEP na Sede da Secretaria da Administração Penitenciária				
SUBTÍTULO:		Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas				
ITEM	CÓDIGO DO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADES		
				ORÇADO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO SERVIÇO
2.3.18	611020	Reaterro manual para simples regularização sem compactação	M3	16,00	-	-
Obs. Reaterro da vala com a malha de aterramento em volta do prédio.						
TOTAL				16,00	M3	
OBSERVAÇÃO:						
AUTOR DO PROJETO BÁSICO			APROVAÇÃO PROJETO BÁSICO			
DATA			DATA			
Departamento de Engenharia Engº Francisco Aparecido Santana			Secretaria da Administração Penitenciária Departamento de Engenharia			

Anexo XIV - Anexo I Prancha-01-05-DENG.pdf

Anexo XIII - Prancha_01____05_DENG.pdf



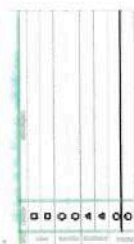
Anexo XV - Anexo I Prancha-02-05-DENG.pdf

Anexo XIV - Prancha_02____05_DENG.pdf

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495	149
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----

Anexo XVI - Anexo I Prancha-03-05-DENG.pdf

Anexo XV - Prancha_03____05_DENG.pdf



Anexo XVII - Anexo I Prancha-04-05-DENG.pdf

Anexo XVI - Prancha_04____05_DENG.pdf

0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028	1029	1030	1031	1032	1033	1034	1035	1036	1037	1038	1039	1040	1041	1042	1043	1044	1045	1046	1047	1048	1049	1050	1051	1052	1053	1054	1055	1056	1057	1058	1059	1060	1061	1062	1063	1064	1065	1066	1067	1068	1069	1070	1071	1072	1073	1074	1075	1076	1077	1078	1079	1080	1081	1082	1083	1084	1085	1086	1087	1088	1089	1090	1091	1092	1093	1094	1095	1096	1097	1098	1099	1100	1101	1102	1103	1104	1105	1106	1107	1108	1109	1110	1111	1112	1113	1114	1115	1116	1117	1118	1119	1120	1121	1122	1123	1124	1125	1126	1127	1128	1129	1130	1131	1132	1133	1134	1135	1136	1137	1138	1139	1140	1141	1142	1143	1144	1145	1146	1147	1148	1149	1150	1151	1152	1153	1154	1155	1156	1157	1158	1159	1160	1161	1162	1163	1164	1165	1166	1167	1168	1169	1170	1171	1172	1173	1174	1175	1176	1177	1178	1179	1180	1181	1182	1183	1184	1185	1186	1187	1188	1189	1190	1191	1192	1193	1194	1195	1196	1197	1198	1199	1200	1201	1202	1203	1204	1205	1206	1207	1208	1209	1210	1211	1212	1213	1214	1215	1216	1217	1218	1219	1220	1221	1222	1223	1224	1225	1226	1227	1228	1229	1230	1231	1232	1233	1234	1235	1236	1237	1238	1239	1240	1241	1242	1243	1244	1245	1246	1247	1248	1249	1250	1251	1252	1253	1254	1255	1256	1257	1258	1259	1260	1261	1262	1263	1264	1265	1266	1267	1268	1269	1270	1271	1272	1273	1274	1275	1276	1277	1278	1279	1280	1281	1282	1283	1284	1285	1286	1287	1288	1289	1290	1291	1292	1293	1294	1295	1296	1297	1298	1299	1300	1301	1302	1303	1304	1305	1306	1307	1308	1309	1310	1311	1312	1313	1314	1315	1316	1317	1318	1319	1320	1321	1322	1323	1324	1325	1326	1327	1328	1329	1330	1331	1332	1333	1334	1335	1336	1337	1338	1339	1340	1341	1342	1343	1344	1345	1346	1347	1348	1349	1350	1351	1352	1353	1354	1355	1356	1357	1358	1359	1360	1361	1362	1363	1364	1365	1366	1367	1368	1369	1370	1371	1372	1373	1374	1375	1376	1377	1378	1379	1380	1381	1382	1383	1384	1385	1386	1387	1388	1389	1390	1391	1392	1393	1394	1395	1396	1397	1398	1399	1400	1401	1402	1403	1404	1405	1406	1407	1408	1409	1410	1411	1412	1413	1414	1415	1416	1417	1418	1419	1420	1421	1422	1423	1424	1425	1426	1427	1428	1429	1430	1431	1432	1433	1434	1435	1436	1437	1438	1439	1440	1441	1442	1443	1444	1445	1446	1447	1448	1449	1450	1451	1452	1453	1454	1455	1456	1457	1458	1459	1460	1461	1462	1463	1464	1465	1466	1467	1468	1469	1470	1471	1472	1473	1474	1475	1476	1477	1478	1479	1480	1481	1482	1483	1484	1485	1486	1487	1488	1489	1490	1491	1492	1493	1494	1495
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Anexo XVIII - Anexo I Prancha-05-05-DENG.pdf

Anexo XVII - Prancha_05____05_DENG.pdf

Anexo XIX - Anexo II Minuta de Contrato.pdf

ANEXO II

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

(Processo Administrativo nº 006.00212848/2024-04)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/2024, CELEBRADO ENTRE O(A) ESTADO DE SÃO PAULO, POR INTERMÉDIO DO(A) SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E

O Estado de São Paulo, por intermédio da **Secretaria da Administração Penitenciária**, com sede na **Avenida General Ataliba Leonel, n.º 556, Santana**, na cidade de **São Paulo/Estado de São Paulo**, inscrita no CNPJ sob o nº **96.291.141/0001-80**, neste ato representada pelo Sr. **Maximiano Cássio Soares**, Chefe de Gabinete, nomeado conforme publicação no D.O.E., na data de 04 de janeiro de 2023, inscrito no CPF sob o nº **040.238.868-23**, no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADA, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **006.00212848/2024-04** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação é a **contratação de serviços comuns de engenharia, de caráter não contínuo, para reforma da cobertura da edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas (GSPOFP) e DCEP**, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do **Termo de Referência**, da proposta da Contratada e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Execução de serviços comuns de engenharia, de caráter não contínuo, para reforma da cobertura da edificação do Departamento de Engenharia (DENG), Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças	Conforme descrito na planilha orçamentária	Conforme descrito na planilha orçamentária	Conforme descrito na planilha orçamentária	

	Públicas (GSPOFP) e DCEP				
--	---------------------------------	--	--	--	--

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **165 (cento e sessenta e cinco) dias** contados da emissão da Ordem de Início de Serviços, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.2. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do contratado:

2.1.2.1. A Contratada será constituída em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.2.2. A Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.3. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada neste item, a Contratada não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **30 % (trinta por cento)** do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto, abaixo discriminada:

4.1.1.1. **Telhamento em CRFS;**

4.1.1.2. **Fornecimento e Montagem de Estrutura de Aço para cobertura.**

4.1.2. Poderá(ão) ser subcontratada(s) a(s) seguinte(s) parcela(s) do objeto:

4.1.2.1. **Projetos Executivos;**

4.1.2.2. **Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo – ensacado.**

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder direta e solidariamente perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pela Contratada, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.4.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.4.3. Apresentação pela Contratada dos documentos da subcontratada de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação que comprove a capacidade técnica da subcontratada, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação da subcontratada apresentada pela Contratada. A Contratada poderá substituir a subcontratada cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;

4.1.4.5. Apresentação pela Contratada de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre a Contratada e a subcontratada, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;

4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição da subcontratada.

4.1.5. Os pagamentos serão realizados exclusivamente à Contratada.

4.1.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R\$..... (.....)**

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. Caso a Contratada seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento à Contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência**, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada no subitem subsequente.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no **CDHU** do mês **fevereiro** do ano de **2024**, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.

7.2. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice **Edificações-Geral de Preços da Construção Civil e dos Serviços Gerais de Mão de Obra, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**;

8.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas da Contratada;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

8.1.6. Comunicar à Contratada para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no **Termo de Referência**;

8.1.8. Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pela Contratada;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **um mês** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de **um mês**, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Exigir da Contratada que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto concernente à última e/ou única medição, quando for o caso:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) "habite-se", emitida pelo Município; e
- e) certidão negativa de débitos previdenciários específica para o registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis;

8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, caso haja previsão nos instrumentos da contratação de que o serviço seja executado nas dependências do Contratante, ou em local por ele designado.

8.1.19. Previamente à expedição da ordem de serviço, quando for o caso, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

8.1.20. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios da Contratada, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os

riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar a Contratada na execução do contrato.

9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da Contratada poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade.

9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;

9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.6. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.1.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos:

- a) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- d) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas – CNDT;

- 9.1.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do artigo 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços.
- 9.1.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto.
- 9.1.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.1.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.1.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.1.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do **Termo de Referência**, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere o item anterior, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.22. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.1.23. Manter seus profissionais nos horários predeterminados na documentação que integra este Contrato.

9.1.24. Apresentar seus profissionais devidamente identificados por meio de crachá.

9.1.25. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal de seus profissionais que adentrarão no órgão para a execução do objeto da contratação.

9.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

9.1.27. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos profissionais alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

9.1.28. Instruir seus profissionais quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

9.1.29. Instruir seus profissionais a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar ao Contratante toda e qualquer eventual ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

9.1.30. Instruir os seus profissionais quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

9.1.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

9.1.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme a(s) área(s) de atuação prevista(s) no **Termo de Referência**, em plena validade.

9.1.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

9.1.34. Elaborar o Diário de Obra ou Livro de Ordem, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.1.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.1.36. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no art. 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA.

9.1.37. Comprovar a procedência legal de produtos ou subprodutos florestais que sejam utilizados em cada etapa da execução contratual, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação da documentação indicada no **Termo de Referência**, conforme o caso.

9.1.38. No caso de utilização na execução do objeto deste contrato de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do art. 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO.

9.1.39. Dar pleno cumprimento ao disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

9.1.40. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, nos seguintes termos:

9.1.40.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso.

9.1.40.2. Nos termos dos artigos 3º e 10 da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.1.40.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.1.40.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.1.40.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.40.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.1.40.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.1.40.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nos. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.1.41. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.1.41.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução

contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.1.41.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.1.42. Deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, conforme tenha sido disciplinado no **Termo de Referência** e em conformidade com o previsto na planilha de formação de preços que integra este instrumento.

9.1.43. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes:

9.1.43.1. de qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços;

9.1.43.2. do uso indevido de patentes ou outros direitos de propriedade intelectual de terceiros;

9.1.43.3. de danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços executados.

9.1.44. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente autorizados pela fiscalização e sob custas do Contratado, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam, necessários ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações do **Termo de Referência**.

9.1.45. Comprovar inscrição no Cadastro Nacional de Obras, no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável.

9.2. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 67.301, de 2022, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas neste subitem poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 67.301, de 2022.

9.3. A Contratada obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional

especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 9º da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14 e/ou parágrafo único do artigo 48 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor inicial/anual do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal.

11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.

11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:

11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;

11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante à Contratada; e

11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:

11.6.1. Caso fortuito ou força maior;

11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;

11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.

11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada seguindo os mesmos parâmetros.

11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, a Contratada deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.

11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.9.1. O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.

11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato.

11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

11.14. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, se o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” do referido subitem, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa:

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença

será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.12. O descumprimento pelo Contratado das obrigações previstas nos incisos I e II do artigo 11 do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou nos incisos I e II do artigo 9º do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente de sua responsabilização na esfera criminal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. A Contratada reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no artigo 1º, § 2º, item 3, do Decreto estadual nº 55.938, de 2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto estadual nº 57.159, de 2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando o contratado for sociedade cooperativa.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata este subitem implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se à Contratada oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

- I. Gestão/Unidade:
- II. Fonte de Recursos:
- III. Programa de Trabalho:
- IV. Elemento de Despesa:
- V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite estabelecido no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para obras ou serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Na presente contratação, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da Contratada em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 128 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.5. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.6. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em **01 (uma)** via, que, lido e achado conforme pela Contratada e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo XX - Anexo III Resolucao SAP n 49-2024.pdf

ANEXO III

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único- Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I— advertência;

II- multa

III- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito, da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;
2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de obrigações contratuais;
4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II

DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I – No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II – No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III – No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º – A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I – No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II – No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I- no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea “a” supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II – no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato, sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III – no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 – Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14- É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I- em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 – A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 – Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante, em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º- A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 – A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

I- por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;

II- por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;

III- por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;

IV- por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 – A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 – A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 – Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 – Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 – A imposição das sanções previstas nesta resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único – Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 – A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput deste artigo;

II – suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 – A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 – Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

Anexo XXI - Anexo IV Modelo de Proposta.pdf


ANEXO IV

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO IV.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP						SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS		
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO								
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	VALORES EM REAL	
							TOTAL	
1	SERVIÇOS PRELIMINARES						0,00	0,00
1.1	ANDAIMES						0,00	0,00
1.1.1	CDHU	02.05.212	Andaime tubular facheiro com piso metálico e sapatas ajustáveis	M2MES	10,00			0,00
1.1.2	CDHU	02.05.090	Montagem e desmontagem de andaime tubular facheiro com altura até 10 m	M2	50,00			0,00
1.2	PROJETOS						0,00	0,00
1.2.1	CDHU	01.17.061	Projeto executivo de estrutura em formato A0	UN	1,00			0,00
1.2.2	CDHU	01.17.121	Projeto executivo de instalações elétricas em formato A0	UN	1,00			0,00
1.2.3	CDHU	01.17.041	Projeto executivo de arquitetura em formato A0	UN	1,00			0,00
1.3	REMOÇÃO DE ENTULHO						0,00	0,00
1.1.3.1	CDHU	05.07.050	Remoção de entulho de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alven	M3	13,78			0,00
1.4	CANTEIRO						0,00	0,00
1.4.1	CDHU	02.02.140	Locação de container tipo sanitário com 2 vasos sanitários, 2 lavatórios, 2 mictórios e 4 pontos	UNMES	2,00			0,00
1.5	ADMINISTRAÇÃO DE OBRA						0,00	0,00
1.5.1	CDHU	02.60.010	Administração Local	gl	1,00			0,00
2	COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS/RESERVATÓRIO)						0,00	0,00
2.1	RESERVATÓRIO SUPERIOR						0,00	0,00
2.1.1	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	98,00			0,00
2.1.2	CDHU	05.04.060	Transporte manual horizontal e/ou vertical de entulho até o local de despejo - ensacado	M3	10,60			0,00
2.1.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	1,35			0,00
2.1.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	1,35			0,00
2.1.5	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	36,00			0,00
2.1.6	CDHU	32.16.070	Impermeabilização em membrana à base de resina termoplástica e cimentos aditivados com re	M2	98,00			0,00
2.1.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	9,80			0,00
2.1.8	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	18,00			0,00
2.1.9	CDHU	24.02.480	Portinhola de abrir em chapa, para 'passa pacote', completa, sob medida	M2	0,40			0,00
2.1.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	18,00			0,00
2.1.11	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	M2	0,80			0,00
2.1.12	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	209,00			0,00
2.2	COBERTURA (TELHADO/LAJES/CALHAS)						0,00	0,00
2.2.1	CDHU	04.02.030	Retirada de peças lineares em madeira com seção superior a 60 cm²	M	300,00			0,00
2.2.2	CDHU	03.09.020	Demolição manual de camada impermeabilizante	M2	8,00			0,00
2.2.3	CDHU	11.05.030	Argamassa graute expansiva autonivelante de alta resistência	M3	8,00			0,00
2.2.4	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	M3	8,00			0,00
2.2.5	CDHU	33.01.040	Estucamento e lixamento de concreto deteriorado	M2	80,00			0,00

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOFP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP						 SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO SÃO PAULO SÃO TODOS	
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO						VALORES EM REAL	
ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	UNITÁRIO	TOTAL
2.2.6	CDHU	32.15.030	Impermeabilização em manta asfáltica com armadura, tipo III-B, espessura de 3 mm	M2	80,00		0,00
2.2.7	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	M3	8,00		0,00
2.2.8	CDHU	16.03.030	Telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal de 44 cm	M2	875,75		0,00
2.2.9	CDHU	16.03.320	Cumeira normal em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil trapezoidal 44 cm	M	30,00		0,00
2.2.10	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 0,50 m	M	17,00		0,00
2.2.11	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	226,00		0,00
2.2.12	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2	180,00		0,00
2.2.13	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	180,00		0,00
2.2.14	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	180,00		0,00
2.2.15	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3.328,00		0,00
2.2.16	CDHU	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	3.328,00		0,00
2.2.17	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	875,75		0,00
2.3 SPDA							0,00
2.3.1	CDHU	42.01.040	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado	UN	6,00		0,00
2.3.2	CDHU	42.01.090	Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00		0,00
2.3.3	CDHU	42.04.020	Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.4	CDHU	42.04.040	Apoio para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.5	CDHU	42.04.060	Base para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00		0,00
2.3.6	CDHU	42.04.120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00		0,00
2.3.7	CDHU	42.05.050	Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica	UN	1,00		0,00
2.3.8	CDHU	42.05.220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00		0,00
2.3.9	CDHU	42.05.020	Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00		0,00
2.3.10	CDHU	42.05.250	Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00		0,00
2.3.11	CDHU	42.05.300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00		0,00
2.3.12	CDHU	42.05.310	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm	UN	8,00		0,00
2.3.13	CDHU	42.05.210	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00		0,00
2.3.14	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00		0,00
2.3.15	CDHU	42.03.080	Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2", reforçado com 2 descidas	UN	16,00		0,00
2.3.16	CDHU	42.20.160	Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²	UN	16,00		0,00
2.3.17	CDHU	42.05.100	Caixa de inspeção suspensa	UN	8,00		0,00
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA PARA PREENCHIMENTO						TOTAL SEM BDI	0,00
						BDI 0,00%	0,00
						TOTAL COM BDI	0,00

**Anexo XXII - Anexo V Modelo Declaracao Habilidade.
pdf**

ANEXO V

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº 006.00212848/2024-04, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as

normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

Anexo XXIII - Anexo VI.1 Declaracao Conhecimento do Local.pdf

ANEXO VI

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VI.1

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº 006.00212848/2024-04, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

Anexo XXIV - Anexo VI.2 Declaracao Conhecimento do Local.pdf

ANEXO VI.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO DO OBJETO
DA LICITAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº 006.00212848/2024-04, DECLARO que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

**Anexo XXV - Anexo VI.3 Declaracao Conhecimento
Contratacao.pdf**

ANEXO VI.3

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO

(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de responsável técnico de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº 006.00212848/2024-04, DECLARO que o licitante tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)

Anexo XXVI - Anexo VII Planilha Orcamentaria.pdf

ANEXO VII

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

OBRA: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DA COBERTURA DA EDIFICAÇÃO DO DENG / GSPOEP / DSEP NA SEDE DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
LOCAL: Av. General Ataliba Leonel, 556 - São Paulo - SP



PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA

ITEM	BOLETIM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALORES EM REAL	
						UNITÁRIO	TOTAL
2.2.11	CDHU	16.33.062	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	M	226,00	223,08	50.416,08
2.2.12	CDHU	17.02.020	Chapisco	M2	180,00	6,66	1.198,80
2.2.13	CDHU	17.02.140	Emboço desempenado com espuma de poliéster	M2	180,00	26,25	4.725,00
2.2.14	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	M2	180,00	31,08	5.594,40
2.2.15	CDHU	15.03.030	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	KG	3.328,00	26,14	86.993,92
2.2.16	CDHU	33.07.140	Pintura com esmalte alquídico em estrutura metálica	KG	3.328,00	4,08	13.578,24
2.2.17	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	M2	875,75	13,00	11.384,75
2.3		SPDA					38.036,32
2.3.1	CDHU	42.01.040	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 2 descidas, acabamento cromado	UN	6,00	131,51	789,06
2.3.2	CDHU	42.01.090	Captor tipo terminal aéreo, h= 300 mm, diâmetro de 1/4" em cobre	UN	50,00	33,10	1.655,00
2.3.3	CDHU	42.04.020	Braçadeira de contraventagem para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	22,62	135,72
2.3.4	CDHU	42.04.040	Apoio para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	21,14	126,84
2.3.5	CDHU	42.04.060	Base para mastro de diâmetro 2"	UN	6,00	65,16	390,96
2.3.6	CDHU	42.04.120	Mastro simples galvanizado de diâmetro 2"	M	6,00	86,78	520,68
2.3.7	CDHU	42.05.050	Sinalizador de obstáculo simples, com célula fotoelétrica	UN	1,00	53,04	53,04
2.3.8	CDHU	42.05.220	Mastro para sinalizador de obstáculo, de 1,5 m x 3/4"	UN	1,00	55,55	55,55
2.3.9	CDHU	42.05.020	Braçadeira para fixação do aparelho sinalizador para mastro de diâmetro 2"	UN	1,00	25,15	25,15
2.3.10	CDHU	42.05.250	Barra condutora chata em alumínio de 3/4" x 1/4", inclusive acessórios de fixação	M	600,00	36,54	21.924,00
2.3.11	CDHU	42.05.300	Tampa para caixa de inspeção cilíndrica, aço galvanizado	UN	8,00	46,32	370,56
2.3.12	CDHU	42.05.310	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 250 mm	UN	8,00	28,02	224,16
2.3.13	CDHU	42.05.210	Haste de aterramento de 5/8" x 3 m	UN	8,00	195,69	1.565,52
2.3.14	CDHU	39.04.080	Cabo de cobre nu, tempera mole, classe 2, de 50 mm²	M	150,00	57,28	8.592,00
2.3.15	CDHU	42.03.080	Isolador galvanizado para mastro de diâmetro 2", reforçado com 2 descidas	UN	16,00	28,81	460,96
2.3.16	CDHU	42.20.160	Solda exotérmica conexão cabo-cabo horizontal em T, bitola do cabo de 50-50mm² a 95-50mm²	UN	16,00	41,11	657,76
2.3.17	CDHU	42.05.100	Caixa de inspeção suspensa	UN	8,00	61,17	489,36
						TOTAL SEM BDI	494.057,13
						BDI 31,22%	154.244,64
						TOTAL COM BDI	648.301,77

BOLETIM CDHU 195 com desoneração

Anexo XXVII - Anexo VIII Avaliacao de Execucao de Servicos.pdf

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS